

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
CAMPUS DO SERTÃO  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

POLIANA SANTANA BRAZ

**AVANÇOS E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL: O CASO DO MUNICÍPIO DE  
GLÓRIA, NO SERTÃO BAIANO**

Delmiro Gouveia – AL  
2020

POLIANA SANTANA BRAZ

**AVANÇOS E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL: O CASO DO MUNICÍPIO DE  
GLÓRIA, NO SERTÃO BAIANO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia, da Universidade Federal de Alagoas, Campus do Sertão, como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Valci Melo Silva dos Santos

**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca do Campus Sertão**  
**Sede Delmiro Gouveia**

Bibliotecária responsável: Renata Oliveira de Souza CRB-4/2209

B827a Braz, Poliana Santana

Avanços e desafios da educação infantil: o caso do município de Glória, no sertão baiano / Poliana Santana Braz. – 2020.  
55 f. : il.

Orientação: Prof. Dr. Valci Melo Silva dos Santos.  
Monografia (Pedagogia) – Universidade Federal de Alagoas.  
Curso de Pedagogia. Delmiro Gouveia, 2020.

1. Educação infantil. 2. Políticas públicas. 3. Formação docente.  
4. Glória - Bahia. 5. Sertão baiano I. Título.

CDU: 373.2.016

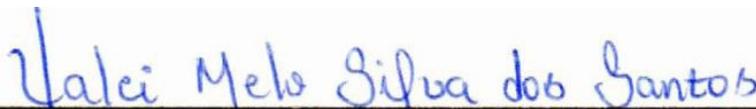
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
CAMPUS DO SERTÃO  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

AVANÇOS E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL: O CASO DO MUNICÍPIO DE  
GLÓRIA, NO SERTÃO BAIANO

**POLIANA SANTANA BRAZ**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à banca examinadora, referendada pela Comissão de TCC do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Campus do Sertão, e aprovado em 20 de julho de 2020.

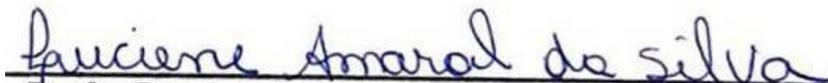
**Banca examinadora:**



Prof. Dr. Valci Melo Silva dos Santos – UFAL/Sertão  
Orientador



Profa. Ma. Giseliene Medeiros Almeida – UFAL/Sertão  
(Membro interno)



Profa. Dra. Luciene Amaral da Silva – UFAL/Arapiraca  
(Membro externo)

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus e a Nossa Senhora, por representarem a base de tudo em que acredito, pois me proporcionam respostas, por meio de sinais, às minhas orações.

Depois a minha família, que sonhou junto comigo na realização do ensino superior, principalmente os meus pais e os meus irmãos, que me deram todo o suporte emocional, financeiro e moral.

Agradeço também as minhas primas, que deram apoio e incentivo para que não desistisse no caminho em meio às dificuldades que foram surgindo. Sou grata a todos os meus amigos que dividiram comigo os desafios apresentados pela graduação, principalmente aqueles que estudaram comigo no curso superior, entre eles destaco três amigas que, juntas, formávamos o quarteto fantástico. São elas: Aislene, uma grande amiga que me inspirou muito a ter coragem. Conheci ela no curso de Letras e migramos juntas até o curso de Pedagogia; a Nayara, que será lembrada por sempre está ao meu lado e me socorrer nas correções dos textos e por suas piadas incrível; e, por fim, a Rita Ellen, que tem um coração incrível e que me ensinou muito a pensar no outro.

Gostaria de agradecer também as minhas amigas que residiram comigo em uma república por conta da faculdade. Agradeço por terem me aturado e me auxiliado a enxergar o mundo como um coletivo e não apenas como particular. Obrigada.

Agradeço a todos os professores que passaram por minha história, da primeira infância até o ensino superior, pois acredito que a Educação se dá pela construção de sua trajetória, e não apenas em um momento isolado de nossas vidas.

Agradeço a Profa. Ma. Giseliene Medeiros Almeida e a Profa. Dra. Luciene Amaral da Silva pela disponibilidade em participar da banca de defesa do trabalho, para assim contribuir de forma gradativa na finalização dessa pesquisa.

E, por fim, agradeço ao meu orientador Valci Melo, pelo acolhimento, sabedoria e a forma como me ensinou a compreender a Educação, através da pesquisa. Sou grata a todos que contribuíram de alguma forma na minha trajetória educacional. Muito obrigada.

## RESUMO

Este trabalho monográfico tem por objetivo investigar os avanços e os desafios das políticas públicas voltadas para a Educação Infantil no município de Glória, no Sertão Baiano, com foco na formação e no recrutamento de profissionais para atuação na primeira etapa de ensino. Para tal, utilizamos como metodologia a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e o Estudo de caso. Fizemos uso de instrumentos de coleta de dados como entrevistas e aplicação de questionários com gestores educacionais do município. Ao longo do trabalho, demonstramos que a infância passou por várias concepções desde a Idade Média, saindo de um processo de negação e disciplinamento até alcançar o reconhecimento de direito social, possibilitando, assim, mudanças nas instituições de ensino. A partir dessa reflexão sobre a importância da construção histórico social em relação ao conceito de infância, investigamos a formação docente e o recrutamento profissional na rede municipal de ensino de Glória, mostrando que o município conseguiu avançar em relação a ampliação de vagas nas creches e a descentralização das turmas multisseriadas. Por fim, concluímos que o município apresenta importantes avanços na garantia do direito à Educação Infantil, embora ainda persistam desafios que necessitam de atenção especial para uma efetiva garantia da educação como direito de todos.

**Palavras-chave:** Educação Infantil. Formação docente. Avanços e desafios.

## ABSTRACT

This monographic work aims to investigate the advances and challenges of public policies aimed at Early Childhood Education in the municipality of Glória, in the Sertão Baiano, with a focus on training and recruiting professionals to work in the first stage of education. To this end, we use bibliographic research, documentary research and case study as methodology. We used data collection instruments such as interviews and questionnaires with educational managers in the city. Throughout the work, we demonstrated that childhood has undergone several conceptions since the Middle Ages, leaving a process of denial and disciplining until reaching the recognition of social law, thus enabling changes in educational institutions. Based on this reflection on the importance of social historical construction in relation to the concept of childhood, we investigated teacher training and professional recruitment in the Glória municipal school system, showing that the municipality managed to advance in relation to the expansion of places in daycare centers and the decentralization of multiseries classes. Finally, we conclude that the municipality presents important advances in guaranteeing the right to Early Childhood Education, although challenges that still require special attention for an effective guarantee of education as a right for all still persist.

Keywords: Early Childhood Education. Teacher training. Advances and challenges.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 - Mapa territorial do município de Glória.....	31
Gráfico 1 - Adequação da formação do docente entre 2013 e 2019 no Brasil.....	25
Gráfico 2 - Adequação da formação do docente entre 2013 e 2019 na Bahia.....	25
Gráfico 3 - Formação inicial dos professores da Educação Infantil no município de Glória entre 2013 e 2019.....	36

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Quantidade de alunos da Educação Infantil em 2019.....	34
Tabela 2 - Dados da Educação Infantil no município de Glória – BA em 2019.....	41

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	Atividade Complementar
BA	Bahia
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CNE	Conselho Nacional de Educação
CF	Constituição Federal
EJA	Educação para Jovens e Adultos
EC	Emenda Constitucional
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
Proinfância	Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil
PPP	Projeto Político Pedagógico
RCNEI	Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil
SEI	Sistema Eletrônico de Informações
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>INFÂNCIA E EDUCAÇÃO ENTRE A IDADE MÉDIA E OS DIAS ATUAIS: DA INDIFERENÇA AO DIREITO, PASSANDO PELO DISCIPLINAMENTO.....</b>	<b>12</b>
2.1	O assistencialismo e a nova forma de submissão educacional.....	14
2.2	O conceito de infância e o surgimento das instituições infantis no Brasil.....	17
2.3	A legislação base da Educação Básica e o lugar da Educação Infantil.....	18
<b>3</b>	<b>A EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE GLÓRIA – BA: AVANÇOS E DESAFIOS.....</b>	<b>24</b>
3.1	Procedimentos metodológicos.....	27
3.2	Perfil histórico dos professores.....	29
3.3	Caracterização municipal.....	31
3.4	A Educação Infantil no município de Glória.....	32
3.4.1	As políticas públicas em relação à universalização da primeira etapa de ensino.....	33
3.4.2	O processo de formação e de recrutamento dos profissionais da Educação Infantil no município de Glória.....	35
3.5	Desafios da Educação Infantil no município de Glória – BA.....	41
3.6	Avanços da Educação Infantil no município de Glória – BA.....	43
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>46</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>50</b>
	<b>APÊNDICES.....</b>	<b>52</b>
	APÊNDICE A – Questionário.....	52
	APÊNDICE B – Roteiro de entrevista.....	55
	APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	56

## 1 INTRODUÇÃO

As políticas públicas auxiliam o Governo Federal, Estadual e Municipal em diversas áreas sociais, através de programas e ações que definem como, quando e onde deve ser gasto o dinheiro arrecadado através da cobrança de tributos da população.

Cada setor administrativo possui as suas próprias políticas públicas destinadas à sua área. Neste caso, as que serão abordadas aqui tratam de políticas educacionais que abrangem toda a Educação Infantil e a formação dos docentes que atuam nessa etapa educacional no município de Glória.

A princípio, foram apresentadas algumas inquietações relacionadas às políticas públicas educacionais com foco na formação e no recrutamento dos docentes da Educação Infantil, as quais foram sintetizadas na seguinte problemática: como a política de Educação Infantil vem sendo desenvolvida no município de Glória, Sertão baiano, especialmente no tocante às condições de formação inicial, continuada e trabalho dos profissionais que atuam nessa etapa educacional?

A partir dessa indagação, o estudo propôs-se a investigar os avanços e os desafios das políticas públicas voltadas à Educação Infantil com foco na formação e no recrutamento de profissionais para atuação nessa etapa educacional.

Para viabilizar a pesquisa, além de uma revisão bibliográfica acerca das mudanças pelas quais passaram o conceito de infância e as políticas destinadas a essa fase da vida, realizamos entrevistas com profissionais da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) responsáveis pela primeira etapa de ensino e com a diretora de um dos estabelecimentos escolares que atendem a Educação Infantil, bem como analisamos documentos da Semed relacionados ao assunto em investigação.

Quanto à estrutura do trabalho, a mesma foi delineada visando alcançar os objetivos traçados. Dessa forma, ele está estruturado em duas seções temáticas (além dessa introdução e das considerações finais), de modo que cada uma se correlacione com a outra de forma a estarem imbricadas no processo de investigação que se apresenta nesse texto.

A primeira seção temática apresenta breves considerações a respeito do conceito de infância, a partir do momento em que ocorrem mudanças em relação a uma fase de negação até a fase de direito da criança. A segunda seção trata da formação dos docentes e do recrutamento dos profissionais da Educação Infantil no município de Glória, localizado no Sertão baiano, apresentando os resultados de nossa pesquisa.

Por fim, nas considerações finais, retomamos destaques da discussão realizada com a gestão e afirmamos que o município deve apresentar políticas públicas educacionais que possibilitem o reconhecimento público e a experiência do cotidiano escolar, tornando-se um caminho para analisar os aspectos que envolvem a formação de docente, recrutamento de profissionais e da formação integral da criança a partir do seu contexto histórico, garantindo, dessa forma, os direitos alcançando durante a construção social da Educação Infantil.

Diante do exposto, destacamos que este estudo justifica-se pela necessidade de se repensar a importância do papel das políticas públicas na educação através de propostas que possibilitem e garantam uma aprendizagem efetiva e transformadora de atitudes e valores significativos para contribuir de forma decisiva na formação do sujeito.

## 2 INFÂNCIA E EDUCAÇÃO ENTRE A IDADE MÉDIA E OS DIAS ATUAIS: DA INDIFERENÇA AO DIREITO, PASSANDO PELO DISCIPLINAMENTO

Atualmente, a criança é vista como um ser singular, que pensa e sente. Ela não é identificada como um objeto, e sim, como um ser que possui um protagonismo na sociedade.

Conforme o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (RCNEI) (BRASIL, 1998, p. 21): “As crianças possuem natureza singular, que as caracteriza como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio”. Neste caso, as crianças possuem um conhecimento de mundo diferente das demais faixas etárias. Portanto, cabe reconhecer a construção desse conhecimento.

No entanto, nem sempre foi assim. Para chegarmos a essa concepção sobre a criança foram necessárias diversas formas de entender a educação e a infância, desde o mundo particular das crianças e as visões constituídas pela sociedade. Vale ressaltar que a educação e a infância foram, por muito tempo, ignoradas e disciplinadas. Apenas recentemente tornou-se um direito. A partir desses momentos em que alcançou essa compreensão, ocorreram diversas mudanças em relação à educação e a infância.

Porém, para entender a construção histórica dos processos ocorridos na educação e a infância, é preciso compreender que o assunto abordado está interligado e que são conteúdos que construíram uma história unificada. Dessa forma, não se pode falar em infância e não mencionar a educação. Para reforçar essa ideia, Kuhlmann (2011, p. 15) destaca:

A educação não seria apenas uma peça do cenário, subordinada a uma determinada contextualização política ou socioeconômica, mas elemento constitutivo da história da produção e reprodução da vida social. A história da infância assume uma dimensão significativa nessa perspectiva de alargamento de horizontes, o que se torna mais nítido com o aprofundamento de pesquisas sobre a história da educação infantil.

Desse modo, para interpretar a história da educação é preciso levar em consideração todo o período da infância e, para isso, é preciso mergulhar na Idade Média, principalmente no século XII, no qual, segundo Ariès (1978), aparece a questão da infância renegada pela família e pela sociedade. Porém, esse renegar não está vinculado ao quesito abandonados ou desprezados, mas em relação de afeição. Isto é, a família não tinha um olhar compassivo ou afetuoso para com as crianças; apenas as ignorava.

Todos da sociedade já estavam preparados para o infanticídio. Ato comum, a morte dessas crianças não abalava os familiares. Eles ignoravam e, ao mesmo tempo, desconheciam a infância ao ponto de estarem acostumados com essas perdas.

As crianças que conseguiam vencer a morte precoce eram introduzidas na vida dos adultos como pequenas cópias de seus pais.

Não existia a divisão das fases da vida. Todos se misturavam em um único lugar. As crianças aprendiam observando os adultos e adquirindo falas, gestos e pensamentos expressados por eles. Conforme Ariès (1978, p. 99):

[...] o sentimento de infância não existia [...] o sentimento de infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. Essa consciência não existia. Por essa razão, assim que a criança tinha condições de viver sem a solicitude constante de sua mãe ou de sua ama, ela ingressava na sociedade dos adultos e não se distinguia mais destes.

As crianças não tinham conquistado um papel social, pois eram apenas adultos em miniaturas que reproduziam o ambiente a sua volta.

No século XVI, finalmente, esse sentimento de infância renegada começa a tomar outras definições. Neste caso, as crianças começam a ser notadas pelos membros familiares e, logo após, por pintores que começaram a reproduzir quadros em que a criança estava inserida. Nessa época, começaram a perceber a criança como um ser ingênuo que atraía a atenção de todos a sua volta. Deste modo, todos estavam envolvidos com a doçura de uma criança. Segundo Ariès (1978, p. 100): “Um novo sentimento da infância havia surgido, em que a criança, por sua ingenuidade, gentileza e graça, se tornava uma fonte de distração e relaxamento para o adulto, um sentimento que poderíamos chamar de ‘paparicação’”.

A partir dessa descoberta da infância, as crianças começam a ser lembradas nas pinturas familiares; os pais começam a ensinar palavras que ajudam no vocabulário da criança, apresentando, assim, um sentimento de preocupação e atenção para com elas.

Logo após essa descoberta da infância, a sociedade passou a pensar nas crianças como herdeiras de seus legados. Assim, começaram a transformá-las em pessoas racionais e também buscavam instruí-las a serem cuidadoras dos adultos quando esses atingissem a velhice.

Assim nascia a ideia de que a família não seria capaz de ensinar essas crianças a racionalidade e de como serem cidadãos aceitos perante a sociedade. Então, a partir desse momento, as instituições educacionais passam a ser responsáveis por aplicar essa educação.

A educação nessa época era de caráter doutrinador e tinha como preocupação a disciplina e a racionalização dos costumes. Em relação às instituições, consolidaram-se os famosos colégios. Conforme Ariès (1978, p. 111): “o colégio tornou-se então uma instituição

essencial da sociedade: o colégio com um corpo docente separado, com uma disciplina rigorosa, com classes numerosas, em que se formariam todas as gerações”.

Dessa forma, modificaram-se os conceitos de infância e de educação, os quais passaram a ser tratados como uma formação de submissão e adestramento. Essa condição de ensino tornou-se uma das formas imprescindível de uma boa educação. Segundo Ariès (1978, p. 111):

Trata-se tanto da formação como da instrução do estudante, e por esse motivo convinha impor as crianças uma disciplina estrita: a disciplina tradicional dos colégios, modificada porem num sentido mais autoritário e mais hierárquico. O colégio tornou-se então um instrumento para a educação da infância e da juventude em geral.

Com a implantação desses colégios as crianças passaram a ocupar um espaço único, retirando-as da sociedade dos adultos e transformando o conceito de criança em miniatura. Porém, vale ressaltar que as formações aplicadas nessas instituições são de caráter disciplinar rigoroso, impossibilitando a construção de uma infância livre. A família também tinha parcialidade nessa questão de uma educação rigorosa. Os familiares almejavam que todas as crianças deviam ser preparadas para a vida. Assim, substituíram a educação doméstica pela tradicional. As instituições também utilizavam-se de ferramentas severas. Conforme resalta o Ariés (1978, p. 195): “[...] chicote, a prisão, em suma, as correções reservadas aos condenados das condições mais baixa”.

As crianças sofriam punições rigorosas nesses colégios, através dessas formações autoritárias e moralistas, e não tinham direito a defesa, já que não tinha quem impedisse essa nova forma de ensinamento, na medida em que essas práticas eram aceitas pela justiça e também pela política.

A infância e a educação dessa época eram marcadas por um sentimento de submissão, no qual as crianças eram submetidas aos fazeres da sociedade civil. Nesse caso, a escolarização servia como lugar de doutrinação e as crianças deveriam ser instruídas aos costumes morais da época.

## **2.1 O assistencialismo e a nova forma de submissão educacional**

Vale lembrar que a infância e a educação estão atadas a fatos sociais de cada período histórico e que já passaram por acontecimentos que transformaram a construção do conceito. Assim, já foram associadas à infância renegada, das crianças em miniatura, dos ensinamentos domésticos, das instituições familiar e da educação assistencialista.

Esses desafios relacionados à concepção da infância, a cada momento histórico, respondem por uma definição. Assim, para compreendermos esse conceito é necessário entendermos que o tempo histórico e social influencia na forma como se vê a educação e a infância. Não devemos olhar a infância como algo isolado. Pelo contrário, a história da infância e da educação assumem inúmeras dimensões relacionadas a fatos sociais. De acordo com Kuhlmann (2011, p. 16):

O fato social da escolarização se explicaria em relação aos outros fatos sociais, envolvendo a demografia infantil, o trabalho feminino, as transformações familiares, novas representações sociais de infância, etc.

A Educação Infantil enfrenta obstáculos e alguns marcaram a história da educação como um todo. Nesse caso, referimo-nos à vinculação do ensino assistencial que transformou o sistema escolar como creche, pré-escolas e a educação de jovens e adultos.

Um dos fatores que desencadeou a educação assistencialista foram as revoluções e o ingresso feminino no mercado de trabalho. Logo após essa conquista, os movimentos populares e as feministas começaram a lutar por direito educacional para as crianças que não tinham onde ficar durante a jornada de trabalho de suas mães. Então, necessitava-se de um lugar que ofertasse cuidados e segurança para as crianças pequenas. De acordo com Kuhlmann (2011, p. 180): “as creches apareciam como um resultado, como símbolo concreto dessas lutas: o movimento popular e as reivindicações das feministas colocaram a creche na ordem do dia”.

Com a concretização dessas lutas, as crianças passaram a frequentar creches e pré-escolas, que tinham como base os cuidados assistencialistas. Esses cuidados não eram distintos da educação apresentada no colégio do século XVII, pois os pobres eram submissos a esse tipo de educação que ofertava um atendimento precário e que atuava de forma autoritária na classe baixa, negando assim, a educação como um direito social.

Após essa nova forma de educação, surge algumas reflexões sobre o atendimento ofertado na creche e o seu papel fundamental que era vinculado à assistência e que faltava o aspecto educacional.

As instituições permaneceram resistentes em relação à adaptação do ensino que envolvesse práticas educativas. Essa discussão dividiu as opiniões. Alguns eram defensores da educação assistencialista e outros eram a favor da polarização do cuidar e educar, assim ocorrendo divergência na sociedade. Conforme destaca Kuhlmann (2011, p. 69):

O pensamento educacional tem mostrado resistência em aceitar os elementos comuns entre as instituições constituídas para atender a segmentos sociais diferenciados. Insiste-se na negação do caráter educativo daquelas associadas

a entidades ou propostas assistenciais, como se educar fosse algo neutro ou emancipador - adjetivos que dificilmente poderiam ser aplicados a elas.

Logo esse pensamento distinto em relação à educação e o assistencialismo foi modificado, pois o governo enfrentava uma sobretaxa da população brasileira em relação a remuneração do capital especulativo internacional. Conforme Kuhlmann (2011, p. 187): “com juros exorbitantes, o investimento na educação é relegado à disputa de redistribuição”. Isso fez com que o governo investisse em uma instituição que oferecia o ensino educativo, nesse caso, secundarizando a educação assistencialista.

Após a tentativa de aposta apenas na educação, esquecendo da parte assistencial, as instituições perceberam que os dois modelos de educação precisavam se unir. Então, inicia-se, assim, o processo de superação da polarização do ensino, aproximando-se o educar do cuidar. Segundo Kuhlmann (2011, p. 189): “a educação de criança pequena envolve o seu cuidado, por isso destaca-se o papel de educar e cuidar atribuído às instituições de educação infantil”.

A partir desse momento, as creches e pré-escolas se espalharam pelo país e começaram a se estabelecer e tornarem-se importantes, tomando assim um novo caráter que não era como prestação de favores, mas como um ambiente de caráter formativo e que também atendesse todas as crianças, independente de classe social. De acordo com Kuhlmann (2011, p. 181):

Sabe-se que foi apenas com a expansão da força de trabalho feminina aos setores médios da sociedade, em todo o mundo ocidental, a partir da década de 1960, que se ampliou o reconhecimento das instituições de educação infantil como passíveis de fornecer uma boa educação para as crianças que a frequentassem. A demanda desses setores promoveu a recharacterização das instituições, que passaram a ser vistas como apropriadas a crianças de todas classes sociais.

Com a reformulação das demandas educacionais, a partir das reivindicações dos movimentos sociais, a educação passa a ter como princípio a igualdade e a busca de concretização de direitos e deveres, independente de classes sociais.

## **2.2 O conceito de infância e o surgimento das instituições infantis no Brasil**

Em relação à infância no Brasil, pode-se afirmar que a trajetória de construção do conceito foi semelhante com a da França. Ocorreram momentos em que o sentimento de

infância foi marcado na história como manifestação de grande impulso. Segundo Kuhlmann (2011, p. 19), ao referir-se ao sentimento de infância no Brasil do final do século XIX:

[...] nessa época se estaria vivendo um processo semelhante ao que teria ocorrido na França do século XVII - que é onde Ariès localiza o início de uma mudança mais definitiva com relação ao sentimento de infância.

Dessa forma, o conceito de infância que chega no Brasil é abordado em uma infância disciplinada e somente tempos depois alcança-se a condição de direito.

A primeira instituição pré-escolar no Brasil surgiu no ano de 1899, no estado do Rio de Janeiro, denominada como Instituto de Proteção e Assistência a Infância. Essa instituição prestava serviços assistenciais. Ocorreu também a criação de outra instituição de ensino, porém essa era uma creche que se chamava Companhia de Fiação e Tecidos Corcovado. Foi a primeira creche destinada apenas para filhos de operários.

Antes da criação dessas instituições já aconteciam manifestações em favor de aberturas de creche e pré-escolas, sendo o seu aparecimento na história da educação a concretização de lutas de movimentos e reivindicações feministas. Segundo Kuhlmann (2011, p. 80), o Brasil “[...] apresentou a creche de forma peculiar, pois, enquanto na França e nos países Europeus, ela era proposta em nome da ampliação do trabalho industrial feminino, aqui não havia uma demanda efetiva daquele setor”.

Nesse caso, a preocupação em adquirir as creches e pré-escolas era em relação a educação das crianças das escravas, que para muitas patroas eram um problema. Assim, criam-se as chamadas creches populares e as pré-escolas destinadas às pessoas de baixa renda. Essas instituições abriram filiais por todo o País.

Além dessas instituições, no País existiam outras como o Patronato de Menores, fundado por juristas brasileiros no Distrito Federal; os jardins de infâncias, que eram do setor privado, entre outros. Em 1889, o Estado assume a responsabilidade com a assistência, assim fortalecendo a parceria. Conforme Kuhlmann (2011, p. 61): “[...] considerava a intervenção do Estado e a liberdade da caridade como dois princípios intangíveis, que necessitaram ser conciliados”. De fato, as instituições, principalmente as públicas, necessitam que o Estado e a caridade andassem juntos, pois era essa parceria que mantinha as instituições funcionando. Nesse caso, o Estado assumindo o dever com o assistencialismo e a educação para os pobres.

### **2.3 A legislação base da Educação Básica e o lugar da Educação Infantil**

Em 1988, a Constituição Federal (CF) reconhece a Educação Infantil como um direito universal, sendo reconhecida também como a primeira etapa da Educação Básica no Brasil.

A escola pública, então, começa a tornar real esse preceito legal após as emendas constitucionais, especialmente através da EC n. 59/2009, que universaliza a Educação Básica. Dessa forma, inicia-se um processo de transformação referente a concepção de infância, elaborando uma educação específica e ingressando a Educação Infantil no sistema educacional. Após as grandes definições da CF de 1988, ficou encarregado aos pais, ao poder público e a sociedade em geral respeitar e garantir os direitos das crianças, previsto no artigo 227, que afirma:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e o adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, alimentação, à educação, ao lazer, a profissionalização, à cultura, à dignidade ao respeito à liberdade e à convivência familiar e Comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência e opressão (BRASIL, 1988, art. 227).

Portanto, nenhuma das instâncias pode ignorar os direitos conquistados pelas crianças. Nesse caso, devem assegurar e respeitar os direitos definidos na Constituição; devem apoiar a criança e reconhecer que são cidadãos que estão em desenvolvimento, mas que fazem parte da sociedade e que modificam indiretamente ou diretamente o funcionamento do convívio social. Também ficou definida na CF de 1988 a divisão das etapas educacionais da Educação Básica, que reconhece a Educação Infantil como a primeira etapa de ensino.

A Educação Básica é constituída por três etapas de ensino: a Educação Infantil, que é a primeira etapa e tem por objetivo a formação integral de crianças que atende de zero a seis anos de idade (logo após a reformulação do ensino fundamental em 2006) contemplando todo o seu aspecto físico, psicológico, intelectual e social, com ações voltadas para a família e para a comunidade. A segunda etapa da Educação Básica é o Ensino Fundamental, etapa essa que tem por finalidade a formação geral, polivalente do cidadão. Por fim, o Ensino Médio, que é a última etapa da Educação Básica e tem por papel a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental. De acordo com Libâneo (2007, p. 29):

A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecendo-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

A Educação Básica é importante para a formação do indivíduo, pois de acordo com a sua estrutura, cada etapa que a compõe é responsável pela formação contínua do cidadão. Neste

caso, deve-se observar a educação partindo da etapa que é o ponto de partida de todos os cidadãos: a Educação Infantil. Essa etapa, como vimos anteriormente, passa por uma construção social e histórica, pois de acordo com alguns estudos que relatam sobre a conquista da Educação Infantil, antes ela tinha um formato assistencial e foi preciso muita luta social para introduzir mudanças na legislação e torná-la um direito da criança.

A partir desse ponto, a Educação Básica começou a almejar uma educação de qualidade. Portanto, é essencial entender o papel da Educação Infantil, que envolve o desenvolvimento, a construção dos saberes, a constituição do ser que acontece de forma conjunta.

Por isso, a Educação Infantil é importante, uma vez que é a partir dela que inicia um aprendizado desde o nascimento até os primeiros anos de formação escolar. Assim, ela é considerada um dos principais aspectos para o desenvolvimento infantil.

Para que esses aspectos sejam contemplados é importante pensar na formação inicial e continuada do professor, pois isso é necessário para uma intervenção eficaz na instituição de educação. Para isso, o educador deve conhecer e considerar as singularidades infantis, levando em consideração a faixa etária, a diversidade de hábitos, costumes, valores, crenças, etnias, entre outros aspectos. Nessa perspectiva, ele deve assumir o papel de mediador, organizando e proporcionando espaços e situações de aprendizagens, sempre valorizando e respeitando o contexto em que os alunos estão inseridos.

É importante destacar que as reflexões expressas tomam como principal referência elementos que compõem as políticas públicas que são oferecidas em instituições de Educação Infantil, como é o caso da creche e da pré-escola. Trata-se de uma das conquistas adquiridas ao longo dos anos por alguns movimentos sociais liderados por mulheres que, conforme a demanda no mercado de trabalho, necessitavam deixar as crianças em algum lugar que fornecesse cuidado e segurança. De acordo com Kuhlmann(2011, p. 181-188):

[...] Sabe-se que foi apenas com a expansão da força de trabalho feminino aos setores médios da sociedade, em todo o mundo ocidental, a partir da década de 1960, que se ampliou o reconhecimento das instituições de educação infantil como passíveis de fornecer uma boa educação para as crianças que as frequentassem [...] Qualquer mãe que procure uma creche ou pré-escola para educar o seu filho, também irá buscar se assegurar de que lá ele estará guardado e seguro.

A princípio, essa conquista apenas intensifica o conceito na trajetória da Educação Infantil, que esteve fortemente ligada a uma educação assistencialista, excluindo o caráter educativo. Porém, foi a partir da década de 1980, mais especificamente após a Carta Magna de 1988, que surgiram outros dispositivos legais tais como: o Estatuto da Criança e do Adolescente

(ECA) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que vão reafirmando o ensino para as crianças como um direito social.

O ECA foi sancionado no ano de 1990, a partir da lei 8.069, e garante os direitos das crianças e adolescentes a ter acesso a proteção social e a cidadania. Ele é responsável por criar conselhos que fiscalizam e promovem a garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes. Segundo Craidy e Kaercher (2001, p. 25):

O ECA explicitou melhor cada um dos direitos da criança e do adolescente bem como os princípios que devem nortear as políticas de atendimento, determinou ainda a criação dos conselhos da criança e do adolescentes, e dos conselhos tutelares. Os primeiros devem traçar as diretrizes políticas e os segundos devem zelar pelo respeito aos direitos das crianças e dos adolescentes, entre os quais o direito a educação, que para as crianças pequenas incluirá o direito a creche e pré-escolas.

O ECA deve está incluso em ações que englobem a educação como os currículos e as práticas escolares, assim reforçando a garantia dos direitos destinados a criança e ao adolescente. Por isso, a Constituição Federal de 1988 junto com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990 passou a olhar a necessidade de implantar um novo conceito de criança e as concepções da Educação Infantil. É a partir dessas concepções que começa a ter reverberação social uma visão detalhada da Educação Infantil como a primeira etapa de ensino. Segundo a Constituição Federal:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, art. 205).

Mesmo com a criação desta lei, a Educação Infantil ainda encontra inúmeros desafios que dificultam o processo de universalização. Um deles, persistente até hoje, são os familiares e a própria sociedade que não buscam compreender o papel da Educação Infantil e não reconhecem os direitos que foram garantidos por lei. Isso se deve por diversos fatores entre eles a desigualdade social, já que os beneficiados dessa educação são de classe baixa e também por não possui um nível de escolaridade que auxilia no entendimento e na busca dos direitos, assim ignorando e não valorizando.

Outra legislação de grande importância nesse cenário é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. É ela que regulariza o sistema de educação brasileiro. Nela está escrito que é obrigação dos pais auxiliar na formação dos filhos e que a Educação Infantil deve ser ofertada a todos sem distinção. Além de garantir

os direitos, ainda consta na LDB de 1996 que a Educação Básica, no interior da qual está a Educação Infantil, deve alicerçar-se nos seguintes princípios:

O ensino será com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condição para o acesso a permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância; V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; VI - gratuidade do ensino em estabelecimentos oficiais; VII - valorização do profissional da educação escolar; VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta lei e da igualdade e dos sistemas de ensino; IX - garantia de padrão de qualidade; X - valorização da experiência extraescolar; XI - vinculação entre educação escolar, o trabalho e as práticas sociais; XII - consideração com a diversidade étnico-racial; e XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida (BRASIL, 1996, art. 2º, I a XIII).

A partir desses fatores, as creches e pré-escolas passam a saber como, de fato, devem ministrar a questão dos aspectos educacionais e pedagógicos para alcançar um atendimento de qualidade. Para reforçar o texto elaborado pela LDB de 1996 foram definidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) diretrizes nacionais para a Educação Infantil, que definem os aspectos políticos e administrativos que englobam a primeira etapa da Educação Básica para auxiliar essa etapa.

Assim, em 1998, foi criado o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI), que é um documento que procura nortear o trabalho realizado com crianças de zero a seis anos de idade. Ele representa um avanço na busca de se estruturar melhor o papel da Educação Infantil, trazendo uma proposta que integra o cuidar e o educar, o que é hoje um dos maiores desafios da Educação Infantil. Pois, para que isso aconteça, essa etapa educacional deve estar fundamentada na função indissociável do cuidar e educar, como também atender os direitos e necessidades próprias das crianças no que se refere à saúde, alimentação, higiene, proteção e acesso ao conhecimento sistematizado.

Além da CF de 1988, do ECA, da LDB de 1996 e dos Referenciais Curriculares, houve a criação de outro documento: o Plano Nacional de Educação (PNE), que norteia as demandas e metas a serem seguidas e cumpridas em um determinado tempo estabelecido. Essas metas são direcionadas para todas as etapas e níveis educacionais. Uma dessas metas está voltada para a formação dos professores e para a contratação de profissionais que atuam na Educação Infantil.

Sabendo da importância do curso superior, no caso, a licenciatura em Pedagogia, a Secretaria Municipal de Educação é responsável por recrutar os educadores que possuam o curso específico. Os desafios que ocorrem na rede municipal são as ofertas da Educação Infantil que são insuficientes ou o número de matrícula que não atinge uma demanda satisfatória por

causa da dificuldade de localizar as crianças e também por alguns familiares optarem por ficar com elas em casa.

Com a aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), a partir da Emenda Constitucional n. 53/2006, se inclui no financiamento a Educação Infantil, visto que ela estava fora do antigo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef), criado em 1997. Com o Fundef, as escolas tiveram aumento em suas matrículas, pois a cada aluno matriculado correspondia a recursos para a instituição. Porém, esse fundo funcionou apenas para o Ensino Fundamental. Já com o Fundeb, toda a Educação Básica foi contemplada, sendo a Educação Infantil, portanto, uma das etapas beneficiadas.

Outro marco importante para a Educação Infantil que envolve os avanços da infância são os documentos normativos como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), de 2009, e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2018. Esses documentos são reflexos de contribuições em relação à concepção de educação e a valorização do ensino. Eles avançam na compreensão da criança como foco e sujeito do ensino e aprendizagem, o que representa uma das mudanças importantes para a Educação Infantil, já que a diretriz curricular anterior (o RCNEI), embora trabalhasse com a ideia de desenvolvimento integral da criança, não dava tanta ênfase à criança como protagonista.

Dessa forma, as DCNEI passaram a servir de fundamentação teórica para a elaboração da BNCC. Nota-se que essas duas resoluções estabelecem a interação e a brincadeira como práticas pedagógicas prioritárias. Vale ressaltar que essas práticas buscam compreender a questão emocional, cognitiva e afetiva da criança, possibilitando a aprendizagem, desenvolvimento e a socialização.

De acordo com as orientações desses documentos, o professor também exerce papel importante, que é o de observar e identificar as relações de afeto, através das mediações, da resolução de conflitos e da regulação das emoções. Diante disso, pode-se ver que as DCNEI e a BNCC passaram, então, a estabelecer como eixos estruturais a interação e a brincadeira, organizando as práticas pedagógicas e auxiliando, assim, o protagonismo infantil.

É a partir desse cenário que as discussões referentes às conquistas da Educação Infantil ficam expostas de acordo com os acontecimentos na construção da concepção de infância e da garantia de direitos, através dos movimentos, leis, emendas e documentos que reforçam os avanços conquistados ao longo do tempo.

Essas possibilidades auxiliam nas discussões que ainda persistem na área educacional até hoje. Por isso, mais adiante, investigaremos como esse processo tem acontecido no município de Glória, localizado no Sertão Baiano.

### **3 A EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE GLÓRIA – BA: AVANÇOS E DESAFIOS**

Com a organização educacional dada pela CF de 1988, a Educação Básica passa a ser constituída por três etapas: a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio.

Assim, a educação brasileira alcançou diversos avanços nos direitos educacionais a partir da universalização do ensino, pois antes a escolarização era restrita para alguns. A concepção de educação para todos tornou-a, portanto, um direito universal. Segundo a LDB de 1996:

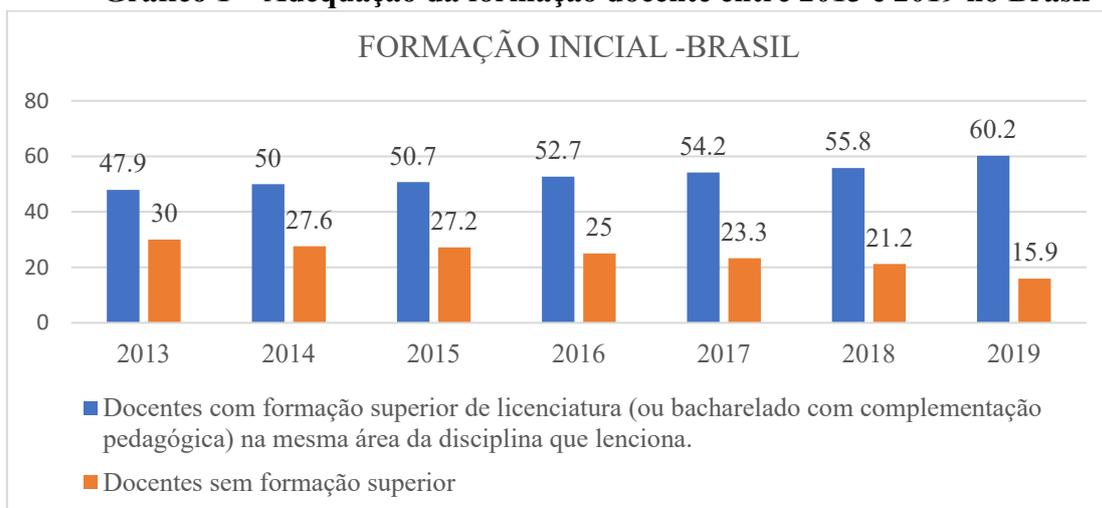
O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: I – educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, organizada da seguinte forma: a) pré-escola; b) ensino fundamental; c) ensino médio; II – educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade.

Após as grandes definições envolvendo a CF de 1988, a educação adquiriu diretrizes, leis e documentos que auxiliam na construção de um ensino igualitário. Em 1990, foi criado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) como uma legislação específica acerca dos direitos da criança. A fim de assegurar as políticas de atendimento a esses sujeitos, em 1996, uma nova LDB foi aprovada, regulamentando a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica.

Sendo assim, a Educação Infantil fazendo parte da Educação Básica, tem a mesma importância que as demais etapas de ensino; todas são constituídas por acontecimentos históricos que são marcadas por avanços e desafios de acordo com o seu tempo.

Dessa forma, as novas concepções de Educação Infantil devem estar norteadas nas conquistas e dificuldades que marcaram a construção da história educacional que promoveram ou promovem situações significativas de aprendizagens, assim aproximando-se de uma compreensão mais adequada sobre as perspectivas que circundam a Educação Infantil.

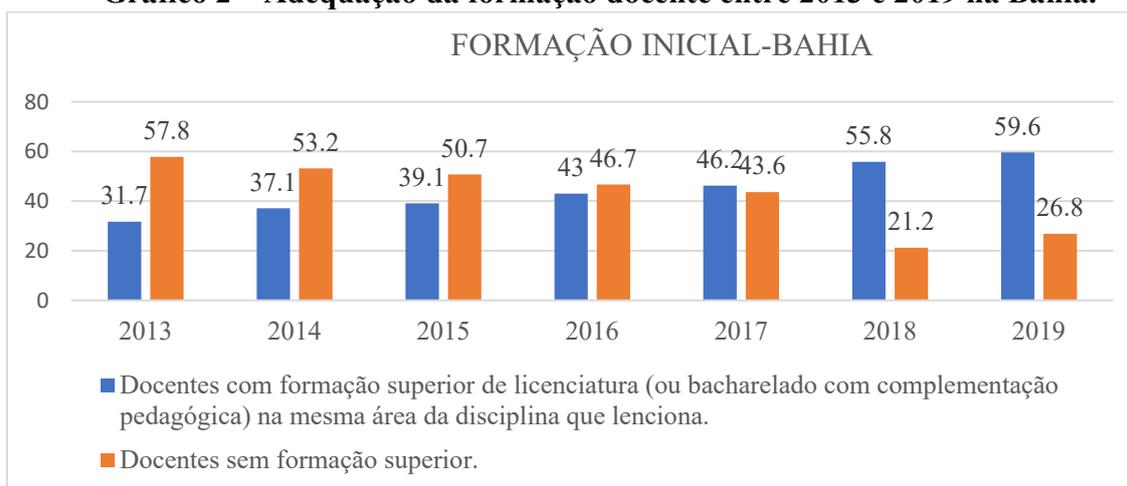
Para isso, devem ser abordadas todas as áreas que envolvem a educação de crianças pequenas, principalmente, em relação à formação dos docentes, já que a Educação Infantil no Brasil apresenta avanços e, principalmente, distorções em relação a essa área, conforme pode-se ver no gráfico abaixo:

**Gráfico 1 – Adequação da formação docente entre 2013 e 2019 no Brasil<sup>1</sup>.**

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo Escolar

Podemos notar que a formação inicial dos docentes em âmbito nacional atinge os 60,2% dos professores com formação superior em licenciatura em 2019 e apenas 15,9% dos docentes não possuem formação superior.

Porém, para compreendermos como estão distribuídos esses 15,9 %, vamos utilizar o gráfico referente ao estado da Bahia, que apresenta um percentual elevado se comparado ao do ano de 2018. Ao invés de apresentar uma queda, os dados cresceram em 2019, apresentando um percentual de 26,8% dos professores sem formação superior, afetando diretamente a educação do estado e, por fim, a do país.

**Gráfico 2 – Adequação da formação docente entre 2013 e 2019 na Bahia.**

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo Escolar.

<sup>1</sup> A soma das duas informações dos gráficos não totaliza 100% porque o Censo Escolar considera outros três grupos de atuação, que são docentes com formação superior (em licenciatura ou bacharelado), mas que não contemplam as exigências do artigo 62 da LDB 9.394/96.

Como se vê nos gráficos acima, um dos problemas que ainda desafiam a Educação Infantil é a formação de educadores, uma vez que, apesar dos avanços nesse setor, permanece alto o percentual de docentes sem formação superior.

No entanto, há uma brecha na legislação que ajuda a explicar essa situação. Trata-se do fato de que para atuar na etapa da Educação Infantil a formação mínima exigida ainda é o magistério de nível médio:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino Fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal (BRASIL, 1996, art. 62).

Ou seja, neste caso, avançamos em relação à formação dos educadores que para atuar na Educação Básica precisam ter o curso superior, com exceção daqueles que exercerão o magistério justamente na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Essa brecha em relação à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental, deixada pela lei, tem relação com o fato de a Educação Infantil ter sido vista durante muito tempo como uma ação assistencialista, tendo como resultado a falsa crença de que basta ao educador dessa etapa educacional apresentar características de cuidador, um pensamento errôneo, mas que persiste e é praticado por muitos municípios.

Como os municípios são os responsáveis por executar as políticas educacionais voltadas à Educação Infantil, alguns deles acabam desvalorizando a formação do educador infantil, às vezes por troca de favores eleitorais ou até mesmo por não oferecer suporte necessário para a formação inicial ou continuada. Assim, é comum na rede educacional professores que não concluíram o curso superior ou não têm habilitação para o magistério em nível médio e que estão atuando na área.

É importante que o município invista em políticas públicas que fortaleçam a formação de professores e que as crianças sejam matriculadas na Educação Infantil e recebam um atendimento adequado e que tenham profissionais capacitados. Pois, os professores fazem parte das condições adequadas para se alcançar uma educação de qualidade e, neste caso, se não forem ofertadas políticas públicas através de programas que auxiliam na formação continuada ou na inicial, é a educação brasileira que vai continuar distante em relação aos demais países.

Dessa forma, cabe aos municípios buscarem amparo na legislação, pois a Educação Infantil é fundamental, principalmente por que trata-se da primeira infância que é concebida cientificamente como uma etapa privilegiada para o desenvolvimento das potencialidades

infantis, uma vez que é um momento em que estão sendo formadas as capacidades cognitivas, físicas e sociais da criança pequena. Sendo assim, a formação inicial e continuada dos profissionais de ensino para a Educação Básica é, atualmente, um dos temas principais das políticas públicas no Brasil, pois, é a partir deste ponto que deve aprimorar o desenvolver de habilidades e enxergar as oportunidades que estão imersas no sistema educacional, que é fundamental para o processo de formação.

Diante disso, nossa pesquisa investiga os avanços e os desafios das políticas públicas voltadas à Educação Infantil com foco na formação e no recrutamento de profissionais para atuação nessa etapa educacional no município de Glória, localizado no Sertão baiano. Ou seja, a partir da realização desta pesquisa buscamos compreender as contribuições que as políticas públicas exercem sobre a Educação Infantil e quais os desafios que elas possuem em relação à garantia de uma Educação Básica adequada ao conjunto da população, compreendendo assim, a formação dos docentes como um dos avanços e desafios da Educação Infantil.

Para isso, serão abordadas questões envolvendo a legislação e as políticas públicas desde a contratação dos professores da Educação Infantil, investigando se, de fato, acontece uma unidade entre elas. Antes disso, porém, serão abordados os procedimentos metodológicos que auxiliaram na realização dessa pesquisa para facilitar na compreensão da temática.

### **3.1 Procedimentos metodológicos**

Utilizamo-nos de uma abordagem qualitativa, entendendo ser a mais adequada por tratar-se de uma pesquisa de estrutura comum, isto é, baseada em processos que orientam ações didáticas destinadas a compreender dados através da valorização de aspectos históricos e sociais do assunto abordado.

Essa abordagem qualitativa tem uma linguagem simples e acessível, pois muitos pesquisadores utilizam esse método em suas investigações, assim proporcionando um entendimento detalhado das informações. De acordo com Triviños (1987, p.120), alguns autores entendem a pesquisa qualitativa como uma “expressão genérica”. Isso significa, por um lado, que ela compreende atividades de investigação que podem ser denominadas específicas. E, por outro, que todas elas podem ser caracterizadas por traços comuns. Esta é uma ideia fundamental por ter uma visão mais clara do pesquisador que tem por objetivo atingir uma interpretação da realidade do ângulo qualitativo.

Nesse contexto, a investigação qualitativa tem características e classificações de tipo subjetivo, pois o objeto analisado tem caráter exploratório e tem como princípio induzir a reflexão acerca de análises para resultados.

Como técnica de abordagem valemo-nos do Estudo de caso através de uma investigação empírica contemporânea que se encaixa no contexto da abordagem relacionada. Essa técnica aprofunda e define a pesquisa de uma forma que não ocorra uma generalização, nem por parte do leitor e nem pelo pesquisador. E como trata-se de uma abordagem qualitativa, o Estudo de caso foi o que julgamos ser mais indicado para a coleta de dados. Pois, conforme Triviños (1987): entre os tipos de pesquisa qualitativa característicos, talvez o Estudo de Caso seja um dos mais relevantes.

Por tratar-se de uma pesquisa simples, todos os segmentos têm que contemplar um padrão que facilite a compreensão da mesma; todos os elementos devem fazer uma complementação. Por isso, foram utilizados os seguintes instrumentos: o questionário, com perguntas abertas, para que o investigado colabore de forma espontânea na pesquisa; e a entrevista estruturada, seguindo uma ordem, para assim facilitar a abordagem e o encerramento das questões de forma programada.

As fontes utilizadas nesta pesquisa foram de três tipos. Primeiramente, fizemos uma pesquisa bibliográfica, pois todo trabalho tem que ter esse caráter teórico, já que se trata de uma investigação e consiste em uma fundamentação teórica para validar a pesquisa. Em seguida, valemo-nos da pesquisa documental, que é parecida com a pesquisa bibliográfica, mas tem suas especificidades. Segundo Gil (1999), a pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A única diferença entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. Em nosso caso, fizeram parte dessa categoria os seguintes documentos analisados: Edital de seleção de pessoal para a Educação Infantil, a folha de profissionais lotados na Educação Infantil do município e o Plano Municipal de Educação (PME).

Participaram de nosso estudo como fontes empíricas o secretário de educação, uma técnica da Educação Infantil do município de Glória - BA, a pessoa responsável pelo Censo Educacional do município e a diretora de uma das instituições educacionais direcionada para a Educação Infantil. As entrevistas semiestruturada foram realizadas em datas diferentes. Apenas a técnica da Educação Infantil e a responsável pelo Censo Escolar (setor pessoal) foram entrevistadas no mesmo dia (11/02/2020), sendo a atividade realizada na sede da Secretaria

Municipal de Educação. Já a Diretora foi entrevistada no dia 17/02/2020, na instituição educacional onde atua. Em relação ao secretário, o mesmo atendeu-nos respondendo a um questionário com perguntas abertas no mês de janeiro de 2020.

Por fim, destacamos que a pesquisa seguiu os procedimentos éticos exigidos pelo Comitê de Ética da Ufal, entre eles a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) entre os participantes do estudo.

### **3.2 Perfil histórico dos professores**

A educação para crianças pequenas passou por diversas transformações históricas e sociais referentes à sua forma de atuação e a formação do perfil de cada educador.

Para compreendermos melhor essa construção histórica é necessária destacar alguns acontecimentos que contribuíram para a formação do perfil do docente. Então, para isso, é preciso voltar no tempo da Antiguidade, onde os primeiros educadores foram aqueles que estavam ingressados no ramo da filosofia a partir do ensinamento referente ao mito, os escravos levavam as crianças para assistir os discursos dos filósofos, marcando assim, o perfil do docente como um acompanhante que apenas apresentava a realidade na qual estavam inseridos.

Logo após, na Idade Média, o professor estava vinculado a instituições religiosas, já que elas possuíam o domínio extremo das áreas econômicas e sociais. Dessa forma, os educadores deveriam ser aliados da igreja e deveriam ensinar os conceitos religiosos, adotando um caráter moralista.

No Brasil, os educadores apareceram a partir dos Jesuítas, que catequizavam os índios, tendo como princípio a fé católica e a conversão dos nativos ao Cristianismo. Na segunda metade do século XVIII, os Jesuítas perderam força e começaram a serem expulsos por meio de ações militares. Logo após a expulsão dos Jesuítas, o Marquês de Pombal promoveu uma educação laica e disciplinar, que era controlada pelo Estado. Dessa forma, o perfil do educador era autoritário, não diferindo do perfil anterior dos professores da Idade Média. Conforme Nóvoa (1995, p.15):

O processo de estatização do ensino consiste, sobretudo, na substituição de um corpo de professores religiosos (ou o controle da Igreja) por um corpo de professores laicos (ou sob o controle do Estado), sem que, no entanto, tenha havido mudanças significativas nas motivações, nas normas e nos valores originais da profissão docente: o modelo do professor continua muito próximo do padre.

Na construção da trajetória educacional, o critério para exercer a função de educador era, principalmente, o comportamento moral. Além disso, a faixa etária para lecionar era aos 30 anos, sendo de responsabilidade do Estado recrutar esses profissionais. O Estado expedia uma licença para distinguir os educadores que eram considerados leigos. Isso acontecia por causa da carência de profissionais, devido à limitação que o Estado colocava em relação ao recrutamento dos educadores. Nesse caso, lecionar não era para todos.

Outro acontecimento histórico que contribuiu para a idealização do ensino foi a Revolução Industrial. Com os trabalhadores assalariados e a imersão das máquinas no setor industrial, muitos operários foram contratados, entre eles, mulheres e crianças. E muitos deles migraram do campo para a cidade. A partir desse momento, os empregados sofreram com as péssimas condições de trabalho e, com base nisso, começaram a lutar por direitos trabalhistas, retirando parcialmente as crianças da zona industrial. Logo após essas reivindicações, percebeu-se que precisavam construir espaços para colocar as crianças durante a jornada de trabalho de seus pais. Assim, a Educação Infantil surgiu por necessidade.

Nesse cenário, as escolas tinham um modelo disciplinar e autoritário. O perfil dos educadores deveria ser rígido, pois tinha que controlar as crianças em massa. Muitos deles sofriam com a opressão do Estado, que era dominado pela onda capitalista. As creches e pré-escolas surgiram como resultado indireto da Revolução Industrial, porém, como já vimos, não possuíam modelo educacional, mas assistencialista.

Com a construção desses espaços escolares, começaram a pensar na formação dos professores e no perfil dos educadores que eram responsáveis por cuidar das crianças. Porém, somente foi possível pensar em uma instituição que ofertasse a formação para professores leigos a partir da Revolução Francesa, no século XIX, com o pensamento de uma escola normal, ofertada pelo Estado, que tinha como finalidade resolver os problemas levantados nessa época em relação à instrução popular.

Logo após a criação dessas escolas normais, os docentes passaram a utilizar outra forma de ensinar, que nesse caso, era denominada como o processo de “aprender fazendo”. Logo após, surgiram outras propostas em relação ao ensino, mas nenhuma estava bem elaborada a questão de como deveria ser o perfil do docente.

No Brasil, somente em 1988, a partir da CF e a aprovação da LDB de 1996, ficou estabelecido por lei as exigências para atuar na educação, principalmente, na Educação Infantil e no Ensino Fundamental. Conforme a legislação vigente, é necessário ter formação em nível superior, curso de licenciatura plena e, para casos específicos, a atuação de profissionais com a formação de Ensino Médio na modalidade Normal. Dessa forma, estabeleceu-se um perfil de

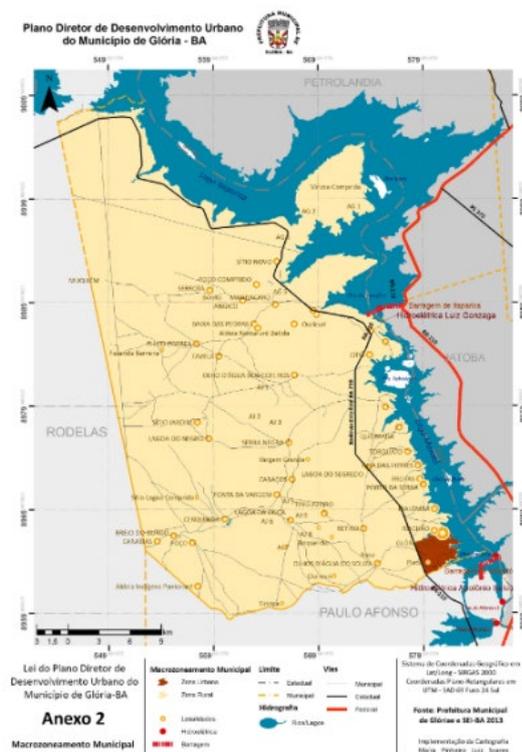
como deve ser o educador, buscando assim, estabelecer um perfil único e acessível para todos, quebrando o conceito adotado pelo Estado no século XIX.

É importante ressaltar que as contribuições sociais em relação ao perfil dos professores eram caracterizadas pela atuação disciplinar e por comportamento moralista. E que ao longo da trajetória o perfil do docente foi sendo transformado de acordo com as formações adquiridas e com a evolução do contexto histórico, conquistando por lei os critérios que estruturou o perfil do docente.

### 3.3 Caracterização municipal

O município de Glória localiza-se no estado da Bahia, fazendo fronteira com Rodelas, Paulo Afonso e Jatobá, em Pernambuco. O município é banhado pelas águas do Rio São Francisco, tendo a agricultura como uma das fontes de renda, além do artesanato e do turismo.

#### Imagem 1 - Mapa territorial do município de Glória.



Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Glória e SEI-BA

Glória possui 15.076 habitantes e 1.566,609 km<sup>2</sup> de área territorial, com 30 povoados que concentram a maioria da sua população. O município tem como bioma predominante a Caatinga e está localizado no Semiárido baiano.

Em relação à educação, o município oferta as seguintes etapas: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município possui uma taxa de escolarização de 94,4 % na faixa etária de 6 a 14 anos de idade.

O município possui 27 escolas públicas, dentre elas 25 são municipais e duas estaduais. A maioria das escolas fica localizada na Zona Rural. Assim, o acesso às escolas se dá pelos povoados.

A Secretaria Municipal de Educação (SEMED) é a entidade responsável por organizar a rede educacional do município. A Semed engloba quase toda a Educação Básica, como a Educação Infantil, o Ensino Fundamental, O Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a Educação Especial. Devido a essas demandas educacionais, o município divide-se em setores para acompanhar e fiscalizar de forma específica.

Em relação à Educação Infantil do município, a rede pública possui as instituições como creches e pré-escolas, que estão localizadas tanto na Zona Urbana como na Zona Rural, assim atendendo grande parte da população infantil do município.

### **3.4 A Educação Infantil no município de Glória**

A Educação Infantil tem como principais acontecimentos recentes no Brasil a conquista da aprovação do ECA, que reconhece a criança como sujeito privilegiado e prioritário no atendimento aos direitos sociais. E os outros fatos foram o reconhecimento como primeira etapa da Educação Básica e a universalização do ensino, já que a oferta do ensino em pré-escolas não era obrigatória. Isso aconteceu a partir da CF de 1988 e da LDB de 1996.

A partir dessa mudança na legislação, o sistema educacional obteve toda a estrutura de ensino organizada em relação às diversas demandas como a normalização dos critérios exigidos para a atuação do profissional, a divisão das etapas educacionais, garantindo o ingresso obrigatório da Educação Infantil e a determinação dos municípios como responsáveis por essa etapa e pelo Ensino Fundamental. Com isso, alguns entes federativos tiveram que reorganizar todo o sistema educacional, principalmente os municípios, que tiveram que se adequar às novas políticas públicas para atender toda a demanda em relação à oferta do atendimento e também do recrutamento dos profissionais da área, já que existem critérios pautados por lei.

Em relação às políticas públicas educacionais, os municípios têm adotado a elaboração de metas que auxiliam no atendimento de todas as competências que envolvem os direitos sociais, como a educação. Toda a problemática que aparece no setor educacional em relação ao

ensino, especificamente na oferta de vagas e também no recrutamento dos profissionais da educação, deve ser resolvida a partir da criação de políticas públicas educacionais.

Portanto, cabe conhecer quais metas e políticas educacionais são essas que auxiliam a educação municipal. Para isso, nossa pesquisa procurou investigar, no município de Glória-BA, os seguintes tópicos: as políticas públicas em relação à universalização da primeira etapa de ensino e o processo de recrutamento dos profissionais da Educação Infantil.

### 3.2.1 As políticas públicas em relação à universalização da primeira etapa do ensino

A Educação Infantil conquistou o direito à universalização do ensino a partir da CF de 1988. Porém, ela se fortaleceu com a LDB e a Emenda Constitucional n. 59/2009, sendo ratificada como meta do Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014, com vigência de dez anos.

Com essas mudanças, a primeira etapa de ensino passou a receber as crianças pequenas com antecedência, pois antes a oferta do ensino obrigatório era dos seis anos e agora passou para os quatro anos de idade.

Com isso, os municípios tiveram que se adequar às políticas públicas envolvendo a oferta de vaga nas redes de ensino para todas as crianças da mesma idade e também repensar os currículos, que antes era elaborado para criança que não necessitava contemplar todo o desenvolvimento integral e agora precisa.

A partir dessa mudança, os municípios tiveram um prazo para adaptação à nova regra, que terminou no ano de 2016. Pela lei, eles deveriam ampliar o número de escolas e a criação de creches nas redes municipais. Porém, isso resultou em alguns desafios envolvendo a infraestrutura (com a criação de novas instituições de ensino), a alimentação (com a imersão das crianças pequenas) e o percurso dessas crianças entre suas residências e as instituições de ensino.

Então, percebendo essas dificuldades, os municípios, com ajuda do Governo Federal, se organizam para a elaboração de políticas públicas educacionais, através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que é o principal responsável pela execução financeira das políticas educacionais voltadas à Educação Básica no Brasil.

Assim, para solucionar os problemas, ocorreu a criação de inúmeros programas e ações. Entre elas estão o Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância), o Programa Caminho da Escola, o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE),

entre outros. Embora nem todos esses programas sejam exclusivos da Educação Infantil, por estarem diretamente ligados à questão de infraestrutura, transporte, alimentação e apoio pedagógico, dão o suporte necessário para a primeira etapa de ensino.

A partir desses programas pode-se observar que o município de Glória conseguiu adequar-se às regras propostas para a Educação Infantil referentes à universalização do ensino. Atualmente, o município atende as crianças com dois anos de idades em creches e as crianças com idade entre quatro e cinco anos em pré-escolas. Segundo a Secretaria de Educação, as crianças são contempladas com os programas do FNDE, totalizando 581 crianças distribuídos em creches e pré-escolas, como mostra a tabela abaixo:

**Tabela 1 - Quantidade de crianças da Educação Infantil em 2019.**

<b>Instituições</b>	<b>Quantidade</b>
Creche	121
Pré-escolas	420
<b>Total</b>	<b>581</b>

Fonte: Dados da Secretaria Municipal de Glória-BA

Com o apoio dessas políticas públicas, o município passou por algumas reformulações no sistema educacional. Em 2018, as escolas que tinham as classes multisseriadas foram revogadas, adotando as classes seriadas. Com isso, a Semed passou a remanejar esses alunos para a formação das turmas das pré-escolas, atualmente denominadas como nucleadas (conjunto de escolas que possuem apenas uma gestão escolar). Com a divisão dessas escolas, o município aderiu ao Programa Caminho da Escola, que atende as crianças que moram distante das instituições, utilizando os transportes escolares, previsto nas políticas públicas do município.

Em relação à universalização do ensino para as crianças de dois anos de idade, o município percebeu um elevado índice de matrículas referente ao maternal I e II. Então, para solucionar a necessidade dessa etapa, o município atualmente construiu duas creches padrões, através do Programa Proinfância. Com a construção dessas creches, o município passou a ofertar mais vagas, Devido à localização dessas instituições (uma fica na sede e a outra na zona rural), o município começou a atender as crianças dos povoados, que antes não era possível por causa da distância e também do número de vagas ofertado.

A partir da reorganização do ensino, alguns moradores do município começaram a compreender a importância da oferta de vagas e também da finalização das séries multisseriadas.

Os resultados obtidos na Educação Infantil em relação à formação integral da criança, através da universalização do ensino, tem fortalecido cada vez mais a defesa da imersão das crianças desde a fase inicial da vida, pois a partir desse momento as crianças começam a apresentar desenvolvimentos significativos, já que essas instituições possuem formação específica para os educadores que devem entender a infância em seu contexto histórico, compreendendo as transformações pelas quais a criança estava inserida durante os séculos.

A partir desse momento, cabe ao professor desenvolver práticas que auxiliem o desenvolvimento infantil, assim contemplando o tripé principal da Educação Infantil: educar, brincar e cuidar, conforme propõe o Manual de orientações pedagógicas do MEC (BRASIL, 2012, p. 34): “Na Educação Infantil é fundamental a integração dos tempos de cuidar, educar e brincar”.

Assim, os municípios devem seguir as orientações dos documentos normativos da Educação Infantil e, a partir deles, elaborar propostas e metas que contemplem em sua totalidade o sujeito criança inserido em sua realidade local. Dessa forma, cabe ao município investir em políticas públicas que contemplem a formação integral das crianças, formação dos professores e da gestão, apoio pedagógico e também ações que envolvam toda a infraestrutura das instituições.

#### 3.4.2 O processo de formação e de recrutamento dos profissionais da Educação Infantil no município de Glória

O profissional da educação, para atuar na etapa da Educação Infantil, precisa enquadrar-se nos critérios determinados por lei, que são as seguintes exigências: a formação em nível superior, curso de licenciatura plena e, como critério mínimo, a formação em nível médio regular ou magistério, de acordo com a LDB de 1996 (BRASIL, 1996, art. 62).

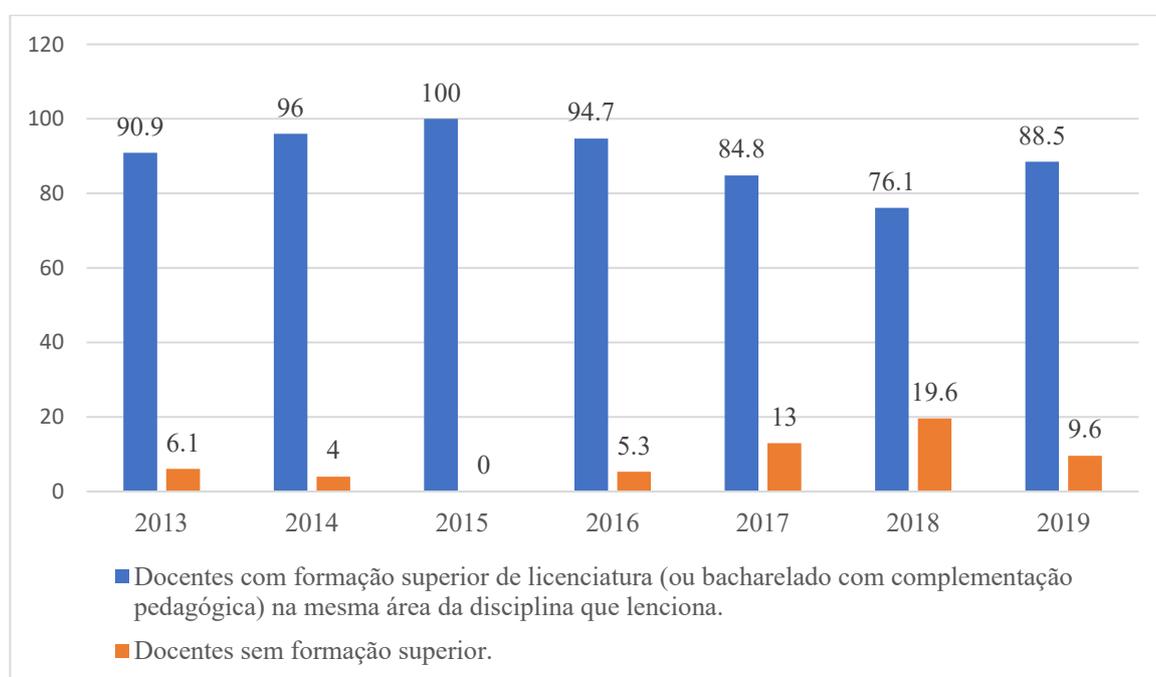
Portanto, cabe aos municípios cumprir com as demandas exigidas pela legislação em relação ao recrutamento de profissionais na área da educação. Mas para compreender o processo de contratação, é necessário entender primeiro quais são os critérios impostos para a formação dos professores. Para isso, será considerada a realidade educacional do município de Glória-BA, através da Semed, que é o órgão responsável por coletar todas as informações específicas relacionadas à educação municipal.

Em relação à formação dos educadores, ela divide-se em duas etapas: a formação inicial e a continuada. Nesse caso, vale ressaltar que os professores devem estar preparados para o novo cenário contemporâneo, alinhados com a reformulação do ensino que se deu a partir da

CF de 1988 e que se fortaleceu com a LDB de 1996 e os demais documentos normativos alusivos aos mesmos segmentos. Com isso, a formação inicial torna-se indispensável para a atuação dos profissionais da educação em sala de aula. Eles devem considerar o conceito de infância, a criança como o sujeito de direito que merece contemplar o processo de educar, cuidar e brincar. Por isso, a importância de educadores que possuam a formação inicial no curso de Pedagogia, pois essa licenciatura aborda todos os aspectos necessários para o exercício da docência na Educação Infantil.

O município investigado em nossa pesquisa tem na rede de ensino, em sua maioria, professores com formação inicial na área da Pedagogia, conforme mostra o gráfico abaixo.

**Gráfico 3 - Formação inicial dos professores da Educação Infantil no município de Glória entre 2013 e 2019.**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo Escolar.

O gráfico apresenta a formação inicial de professores do município de Glória, mostrando que há uma oscilação na quantidade de professores com formação inicial compatível com a etapa educacional em que atuam ao longo dos anos. Observando o ano de 2015, vemos que os professores da Educação Infantil tinham, em sua totalidade, a formação no curso específico para atuar. O esperado era que esses números fossem mantidos anos seguintes. Porém, observa-se que no ano seguinte os números sofrem uma queda significativa.

Um dos fatores que ajudam a explicar essa oscilação é a contração temporária de professores. Como eles não são professores efetivos do município, eles não têm garantida a sua

permanência na rede do ensino, dando-se essa variação em virtude do número anual de turmas de Educação Infantil, as quais também oscilam a cada ano.

Outra questão que deve ser analisada é em relação as escolas rurais e urbanas do município, pois isso também contribui na soma final do município. Os professores que atuam nas escolas rurais, ainda apresentam uma diferença em relação a formação dos professores da área urbana. Porém, no geral, de acordo com os dados do Censo de 2013 a 2019, o município de Glória apresenta um índice de adequação da formação docente na Educação Infantil superior aos percentuais municipais do País e do Estado.

Em relação ao número de professores contratados, o município apresenta uma pequena taxa em 2019. Dos 35 docentes que atuaram na Educação Infantil no município de Glória, apenas cinco eram contratados temporariamente, o que representa um percentual de cerca de 86% de professores efetivos. Esse é outro avanço importante para se analisar, visto que o número de concursados atuantes na referida etapa educacional é bem expressivo em relação a outros municípios.

Com a garantia da contratação dos profissionais da Educação via concurso público, a rede municipal garante uma permanência desses profissionais, assim também garantido uma permanência na aprendizagem, pois esses educadores já estão inseridos no processo de formação desde o início, o que evita um desligamento e não compromete o ensino e a aprendizagem do aluno.

É importante pensar que dentro da escola existem profissionais da educação que tiveram acesso a uma formação técnica e reflexiva e, não apenas metodológica, pois somente assim o educador compreende o contexto em que está imerso. Para isso, deve-se entender a importância das demais áreas de conhecimento, como a Sociologia, a Filosofia, a Antropologia, entre outras, na formação acadêmica desse profissional. E isso se dá apenas no curso de Pedagogia, que tem em sua matriz formativa esse conjunto de saberes sociais e históricos.

Porém, para alcançar uma educação de qualidade, o município não deve apenas priorizar a formação inicial. Ele tem que pensar no profissional durante a sua atuação que, nesse caso, são as formações continuadas que darão suporte para que a educação não estacione na fase inicial, pois é necessário acompanhamento. Por isso, é importante que o município ofereça formações continuadas para os profissionais da educação e que eles busquem participar dessas formações, já que faz parte de um dos indicadores educacionais.

Sendo assim, de acordo com a técnica da Educação Infantil a Semed busca a participação de todos os profissionais nas formações como possibilidade de planejar metas que

superem as necessidades e, assim, transformem as realidades conflituosas do município, através do ensino e do papel do educador. Segundo Kramer (2005, p. 224):

A formação é necessária não apenas para aprimorar a ação do profissional ou melhorar a prática pedagógica. A formação é direito de todos os professores, é conquista e direito da população, por uma escola pública de qualidade. Podem os processos de formação desencadear mudanças? Sim, se as práticas concretas feitas nas creches, pré-escolas e escolas e aquilo que sobre elas falam seus profissionais forem o ponto de partida para as mudanças que se pretende implementar.

Por isso, as formações são importantes e devem ser bem ministradas e orientadas por profissionais que entendem da área e que busquem fortalecer a educação. Identificamos que as formações oferecidas pela Semed são parcialmente ministradas pela funcionária responsável pela Educação Infantil no município, com a supervisão do Secretário de Educação. Segundo a funcionária responsável pela Educação Infantil no município, Glória enfrenta dificuldades para realizar uma formação com um profissional específico da área que não seja somente a técnica da Educação Infantil. A mesma alega que não encontra profissionais da educação que abordem a prática, apenas abordam a teoria.

Segundo a funcionária da Educação Infantil há por parte da Secretaria Municipal de Educação a formação continuada voltada aos professores que atuam na Educação Infantil, que ocorre de forma quinzenal ou, às vezes, mensal, durante o ano letivo. Segundo a entrevistada, os docentes conseguem elaborar propostas para serem aplicadas em sala de aula. Também é possível, nessas formações, compartilhar ideias, diagnosticar problemas e compreender a realidade educacional do município.

Uma das formações que tem sido realizada pelo município e que está apresentando resultados positivos são as denominadas Atividade Complementar (AC), que segundo o documento de orientações das atividades complementares da educação do Estado da Bahia (BAHIA, 2014, p. 01):

Constitui como um espaço/tempo inerente ao trabalho pedagógico do(a) professor/a, destinado ao planejamento e organização das atividades a serem realizadas individual ou coletivamente. É, também, um espaço/tempo de formação continuada, uma vez que nele discutem-se temas diversos da educação, há trocas de referências, de materiais de subsídio à práxis pedagógica, socialização de experiências, num exercício de constante aperfeiçoamento da organização do trabalho pedagógico.

As formações da AC é uma conquista estabelecida por um ordenamento legal, do Estatuto do Magistério do Estado da Bahia – Lei nº 80261/2002, das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para Educação Básica, do Regimento Escolar e pelo Manual de Programação

Escolar. Essas formações são responsáveis por diagnosticar, planejar e acompanhar as propostas que devem ser aplicadas no cotidiano da escola, dividindo-se em duas etapas. A primeira é quando os professores planejam apenas com o núcleo escolar, ocorrendo em escolas do setor em que atuam. E a segunda é com todos os profissionais da rede educacional do município.

Para conseguir aplicar todas as pautas das formações a Semed tem por estratégia a unificação dos planos de cursos, para que todos estejam em unidade. Assim, quando se reúnem os professores apenas realizam apenas algumas alterações no plano. Dessa forma, conseguem avançar para outra problemática.

Com relação à formação continuada que é ofertada pela rede estadual, o município mobiliza a participação de todos os professores da rede de ensino. Isso somente não é possível quando as vagas ofertadas não abrangem a todos. Então, a Semed busca preencher as vagas com os educadores das áreas diretamente relacionadas. Nesse caso, se for direcionada para a etapa da Educação Infantil, o professor dessa etapa participa.

Além dessas capacitações, o município já aplicou a formação referente à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que é um documento normativo com conjunto de aprendizagens essenciais para o ensino. Assim, todos os alunos devem desenvolver essas aprendizagens. Um documento importante para a educação, por isso, cabe à gestão da educação desenvolver essas formações e, a partir desse ponto, buscar formular propostas que auxiliem o plano educacional do município. Identificamos, em nossa pesquisa, que a Semed já iniciou essas formações, buscando a partir da BNCC, colocar a criança como protagonista do ensino, através de projetos, atividades pedagógicas, entre outras.

Outra questão importante que envolve diretamente a formação desses educadores é o caso de como o município recruta esses profissionais da educação, sendo isso um dos desafios encontrados por diversos gestores, pois a estruturação do processo de seleção acaba dificultando a contratação. Então, é necessário compreender os recursos utilizados para o recrutamento desses profissionais.

No município de Glória, para auxiliar na contratação dos educadores, os processos seletivos são divididos em três etapas: provas, entrevistas e comprovação de títulos, facilitando, dessa forma, a seleção dos profissionais da educação, já que esse era um dos desafios mencionados pela Semed, devido ao elevado número de pessoas com capacidade de atuar nessa etapa.

As habilidades exigidas pelo município para que um professor possa atuar nessa etapa educacional, segundo a técnica da Educação Infantil, é a disposição para trabalhar com as

crianças pequenas, já que exige-se do profissional um esforço físico e mental, pois é nessa etapa que deve abordar o tripé educar, cuidar e brincar para contribuir de forma significativa com a construção do conhecimento integral das crianças. Segundo a diretora de uma escola do município, os critérios utilizados para o recrutamento dos professores para a primeira etapa da educação têm que ser de forma dinâmica:

Em relação ao nosso núcleo, a gente sabe que na educação infantil requer na verdade é uma questão de um pique mesmo de você ter aquela auto estima para trabalhar na educação infantil, de ter aquela vontade, aquele animo, principalmente aquele animo mesmo a criança é muito ativa e tem muita energia, não podemos levar aquele professor parado e que leve coisas que só canse os alunos (DIRETORA).

De acordo com os critérios utilizados para fazer a contratação dos docentes, no processo seletivo realizado pelo município em 2019, no documento não consta quais critérios ou habilidades o educador deve ter para atuar na Educação Infantil, dificultando, assim, a forma de estruturar o perfil do educador para essa etapa.

Vale ressaltar que a contratação dos professores no município de Glória não é apenas uma demanda destinada a Semed. É cobrada a participação dos gestores das unidades escolares no processo seletivo dos educadores, o que amplia o processo democrático na educação do município, na medida em que compartilha-se as decisões. Isso acontece com a Educação Infantil do município: a Secretaria de Educação recruta os profissionais, a partir dos processos seletivos, e os diretores, com apoio do coordenador e da técnica da Educação Infantil, organizam os docentes de acordo com as turmas.

Sobre a contratação dos educadores, o município enfrenta alguns percalços em relação à baixa quantidade de alunos em sala de aula. Com um número insuficiente de aluno, menor será a oferta de vagas para profissionais da educação que, nesse caso, não seria a falta de força de trabalho qualificada e, sim, de baixo número de alunos na rede de ensino. Para compreendermos melhor esse aspecto devemos partir do número de turmas, quantidade de professores e números de alunos na Educação Infantil, exemplificado na tabela abaixo:

**Tabela 2 - Dados da Educação Infantil no município de Glória – BA em 2019.**

ITEM	QUANTIDADE
<b>Turmas</b>	40
<b>Alunos (creche e pré-escola)</b>	581
<b>Professores</b>	35

Fonte: Censo Escolar do município de Glória – BA em 2019.

A tabela acima mostra que a dificuldade do município não está vinculada a contratação dos professores, mas à baixa quantidade de crianças que se concentra principalmente nessa etapa. Com um total de 40 turmas e de 35 professores, observa-se que a quantidade de turmas é maior que a quantidade de docentes. Isso ocorre, segundo a funcionária responsável pela Educação Infantil do município de Glória, pelo fato de alguns docentes atuarem em duas turmas.

Como proposta para esses problemas, a Semed realiza a contratação de cuidadores de acordo com a demanda de alunos com deficiência e a necessidade do município. Porém, essa demanda depende diretamente das matrículas desses alunos, pois a Secretaria apenas oferece essas vagas de acordo com o número de crianças com deficiência que, nesse caso, já foi possível notar que é um problema para o município.

Já em relação aos assistentes em sala de aula, eles atuam na creche da sede e do povoado, na sala do maternal I e II. Sobre a forma de recrutamento tanto dos assistentes como dos cuidadores, eles são selecionados através do processo seletivo que também contratam os professores da Educação Infantil.

Sobre a remuneração desse pessoal, os assistentes e cuidadores não recebem o mesmo valor, pois, segundo a Secretaria: “a função é diferente, a não ser que seja um professor concursado [...] Aí ele não pode receber inferior, mas os demais não; a lei não exige que o assistente seja um professor”. Isso ocorre de acordo com a função dos professores e com o tipo de vínculo empregatício. É importante mencionar que, de acordo com a localidade em que o professor ensina, ele tem oscilação de salário.

### 3.5 Desafios da Educação Infantil no município de Glória - BA

A educação tem a responsabilidade de atender a todos a fim de gerar transformação na vida dos que estão ligados direta e indiretamente ao sistema educacional. Mas a história da educação está marcada por inúmeros obstáculos, principalmente, se considerados os aspectos sociais e econômicos e a dificuldade histórica em reconhecer a infância como uma fase específica da vida e de pensar uma educação específica para ela, passando assim por práticas inconsistentes e autoritárias.

Mas as dificuldades não param de aparecer para a Educação Infantil, embora sejam inegáveis os avanços alcançados nessa etapa educacional, conforme demonstramos ao longo deste trabalho. No entanto, trata-se de uma área que precisa de um olhar especial e, para isso,

como vimos, são os municípios os principais responsáveis. São eles que legalmente têm o papel de executar as políticas públicas para materializar aquilo que se espera da Educação Infantil.

Para isso, realizamos entrevistas e aplicamos questionários com secretário da educação, diretores escolares e com a técnica da Educação Infantil, responsável pelo setor no município. Segundo as entrevistas, a educação para crianças pequenas enfrenta diversos problemas no município de Glória, os quais estão relacionados com questões territoriais, burocráticas e entre outras.

De acordo com a diretora os coordenadores pedagógicos antes, tinham inúmeras demandas em relação as etapas educacionais, a Educação Infantil era esquecida, as formações dos professores ocorriam as sombras dos educadores do ensino fundamental, assim sem a elaboração de propostas para a etapa, o ensino infantil sofria com a falta de formação inicial para os professores.

Além dessas dificuldades, o município, no âmbito das políticas públicas, enfrenta o desafio do acompanhamento presencial da Educação Infantil em relação aos povoados. Como trata-se de um lugar cuja área territorial é extensa e ainda apresenta dificuldades na locomoção, devido a distância e as estradas vicinais apresentarem um desgaste referente ao tempo, as escolas do campo acabam sofrendo com a falta de acompanhamento. Segundo a técnica da Educação Infantil do município: “[...] quando avaliamos o nosso município, o nosso município é, geograficamente... ele é bem complicado de você trabalhar, porque é uma escola no Norte e outra no Sul”.

Esses problemas enfrentados pelo município referente a localização geográfica, a baixa densidade populacional nas regiões rurais e a formação inicial dos professores é uma realidade semelhante a diversos municípios. A chamada Educação do Campo vem sofrendo com esses problemas o que exige um olhar específico na elaboração de propostas para a educação nas regiões rurais. Conforme Fontenele (2018, p. 10):

No âmbito das políticas públicas para educação, pensava-se, e muitos pensam ainda, que o problema da educação das populações que vivem fora das cidades é a sua localização geográfica e a baixa densidade populacional nas regiões rurais. Esse requisito, dentre outros, condicionou a educação do campo a planos inferiores, que culminou em um quadro de precariedade no funcionamento da escola do campo bem como precariedade na formação inicial dos professores.

As escolas rurais possuem impasses comparado com as escolas das áreas urbanas, em relação aos recursos referente a infraestrutura, praticas pedagógicas, materiais didáticos e entre outros. As escolas urbanas servem de modelo para as escolas rurais, dessa forma precisam.

Então, com a demora da identificação da problemática das diversas realidades existentes nas escolas rurais, mais tardia será a elaboração de políticas públicas voltadas ao enfrentamento do problema. Isso confirma a reflexão de Fontenele (2018, p. 10), segundo a qual “a Educação Rural é um molde da escola dos centros urbanos inserida no campo sem pensar e/ou considerar toda uma cultura peculiar que o campo tem”.

Como vimos, com a municipalização, cabe ao município elaborar metas educacionais que devem ter prazo para serem cumpridas e criar políticas educacionais que contemplem as especificidades da realidade local. No caso do município de Glória, pelos motivos já expostos, é importante ressaltar que os profissionais da educação deveriam receber formação continuada direcionada à educação do campo, o que auxiliaria os alunos a fortalecerem o conceito de sujeito social da cultura onde estão inseridos e poderia agregar valores à sociedade para, assim, superar os desafios que atravessam épocas e só são solucionados parcialmente.

### 3.6 Avanços da Educação Infantil no município de Glória - BA

A Educação Infantil nasce da reivindicação dos movimentos sociais, constituindo-se em uma política educacional voltada para o desenvolvimento integral das crianças. Em meio a sua trajetória existem inúmeros avanços na área educacional, especificamente quando se refere às políticas públicas criadas por município que entendem a realidade de cada povo e setor a que lhe pertence.

Para muitos municípios os avanços são mais necessários na área de estruturação. Já para o município de Glória, segundo a Técnica da Educação Infantil, as conquistas estão ligadas a aplicação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em relação à postura e o desempenho dos educadores. Ela destaca:

Eu acho que um dos principais avanços vem aliado a BNCC: a postura do trabalho dos professores. Eu percebi que eles melhoraram muito desde que entrei até hoje [...] Eu percebo eles com mais vontade de trabalhar, de ensinar, de estimular. (funcionária da educação infantil)

Conforme a funcionário responsável pela Educação Infantil, o município vem avançando também em outros pontos como a questão de formação para professores, o perfil do educador, autonomia das escolas em parceria com a gestão, escolha democrática de diretores (adotada pelo município em 2018), a construção de creches, o fim das classes multisseriadas em pré-escolas, entre outras. Isso tem modificado alguns aspectos na educação em geral no município.

Portanto, é importante destacar que o município atravessou uma educação tradicional para dar espaço a uma educação integrada, que valoriza a participação de todos, dessa forma reformulando políticas educacionais para atender a todos que se encontram em escolas urbanas e rurais.

O município tem apostado na formação de professores através de cursos à distância e presenciais que são aplicados pela gestão da Secretaria de Educação. Uma dessas formações é destinada para os professores levarem os problemas que acontecem nas escolas que atuam, facilitando, dessa forma, a criação de metas e políticas públicas educacionais a partir desses problemas levantados por educadores.

Em relação aos avanços educacionais referentes à universalização do ensino, através do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância), o município adquiriu a construção de duas creches que estão localizadas uma na cidade e outra no povoado por nome Quixaba. Com a abertura dessas creches a oferta de vagas foi ampliada.

A legislação prevê a imersão obrigatória de crianças na Educação Infantil a partir dos quatro anos até os seis anos de idade, cabendo ao município decidir o tamanho de sua oferta na faixa etária entre zero e três anos e onze meses. Nesse caso, o município de Glória optou pelo atendimento de crianças a partir dos dois anos de idade.

Em relação ao avanço educacional referente ao perfil do educador e a formação docente, o município tem apresentado ações importantes como no caso de que antes os profissionais da Educação Infantil apenas apresentavam a formação do magistério ou o Ensino Médio regular para atuar em sala de aula. Atualmente, o município busca preencher o quadro com profissionais que possuem o curso específico na área, possibilitando também a oferta de formações continuadas, de acordo com a técnica da Educação Infantil.

Já em relação ao perfil do docente estabelecido pelo município, ele não é distante das normas exigidas pela Legislação. O quadro de profissionais é bem elaborado, contando em sala de aula com docentes que tiveram a formação inicial em Pedagogia e que, em tese, conhecem a trajetória da infância e suas especificidades pedagógicas.

Em meio a essas conquistas, também podemos observar que o recrutamento dos professores é estabelecido por processos seletivos, que utiliza-se de análise de dados referentes à formação desses profissionais, assim buscando selecionar os que mais são efetivos na área de atuação, assegurando, dessa forma, uma Educação Infantil com profissionais que entendem o que estão fazendo e que sabem explorar todos os aspectos educacionais que contribuem para uma Educação de qualidade.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Infantil é uma das etapas de ensino que teve diversas conquistas, como a superação da visão assistencialista e o reconhecimento dela como primeira etapa da Educação Básica.

Essas conquistas aconteceram logo após a Constituição Federal de 1988, que reconheceu o atendimento às crianças de zero a seis anos de idade em creches e pré-escolas. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990, referendou o direito à educação desde o nascimento, desencadeando, assim, em 1996, a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), que reafirmou a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica.

Portanto, como o reconhecimento de um direito educacional da criança, a Educação Infantil deixou de ser vinculada à assistência social e passou a integrar a Política Nacional de Educação (PNE), que visa metas que auxiliam no formato ideal para uma educação de qualidade.

Logo após as conquistas da Educação Infantil, inicia-se um processo de reformulação referente à formação adequada para as crianças e de seus formadores, pois a partir dessa ruptura do caráter assistencial para o educativo, essa etapa passou a buscar a garantia do cuidado da primeira infância, porém voltado para o desenvolvimento humano e social. Assim, os direcionamentos são para o desenvolvimento integral das crianças, que ajuda na aprendizagem, no processo de socialização, comunicação e na construção do pensamento, já garantido na LDB 9.394/96, que estabelece aspectos físico, psicológico, intelectual e social da criança de zero a cinco anos de idade. Por isso, o Ministério da Educação (MEC) elaborou documentos com orientações baseadas no Educar, Cuidar e Brincar para assegurar o desenvolvimento integral da criança e também para auxiliar educadores logo na primeira etapa da Educação Básica.

Diante dessas garantias legais e das demandas educacionais exigidas após o reconhecimento da Educação Infantil como direito da criança e primeira etapa da educação escolar, a Legislação estabeleceu que para atuar nessa etapa educacional os professores precisam ser graduados no curso de Pedagogia ou, no mínimo, ter cursado o magistério de nível médio, e que os municípios se comprometam a proporcionar meios para que os educadores avançassem em sua formação.

Com base em dados do Censo Escolar, constatamos que no município de Glória, comparado ao Brasil e ao estado da Bahia, os educadores que atuam na Educação Infantil

apresentam um índice quase satisfatório em relação à formação exigida pela Lei. Apesar de que existem oscilações em alguns anos, conforme verificado no gráfico 2.

A partir deste estudo, foi observado que o município cumpre parcialmente a legislação em relação à formação inicial do educador e também no que se refere ao atendimento das crianças de zero a cinco anos, em creches e pré-escolas, pois somente as crianças acima dos dois anos de idade são atendidas.

As dificuldades encontradas no município estão relacionadas a questão territorial do município, que acaba dificultando no planejamento, acompanhamento e, principalmente, na distribuição educacional, já que algumas localidades estão distantes da cidade e ainda apresentam uma condição precária em relação ao acesso. De acordo com a funcionária responsável pela Educação Infantil, o município encontra dificuldades territoriais, já que tem escolas distantes da cidade e de outros povoados.

O município possuía, em 2019, 40 turmas de Educação Infantil, sendo que apenas as turmas das creches contavam com assistentes de sala, conforme a funcionária da Educação Infantil. Isso descumprir uma resolução do Conselho Estadual de Educação da Bahia que determina (BAHIA, 2016. art. 21): “A instituição de ensino deverá observar, no seu PPP, os seguintes limites máximos de vagas por turma: I – em Educação Infantil: a) 15 crianças em creche, por professor, com um auxiliar; b) 20 estudantes na pré-escola”. Nesse caso, o município não deve apenas ofertar o auxiliar nas creches, mas em todas as turmas de Educação Infantil que se encaixem nas exigências estabelecidas pelo Conselho Estadual de Educação da Bahia.

Na pesquisa, pode-se observar uma das ações propostas pelo município que continua dando resultados, que são as atividades complementares, denominadas por AC, que servem para os professores planejarem as suas atividades, realizando assim um trabalho mais seguro, utilizando-se dos mais diversos recursos metodológicos e, conseqüentemente, obtendo resultados mais satisfatórios com seus alunos.

Dessa forma, é importante que o município pense em políticas públicas que auxiliem os profissionais e as instituições de ensino, pois apenas dessa forma a criança irá construir aprendizagens significativas e, assim, desenvolver as habilidades de forma satisfatória. Já no caso dos professores da Educação Infantil, eles trabalham com diversos desafios, devido às realidades distintas e, ao mesmo tempo, únicas. No entanto, é possível perceber que esses profissionais se mantêm em constante aprendizagem para realizar um bom trabalho com seus alunos.

Ao pensar nos avanços e nos desafios da Educação Infantil no município de Glória-BA, podemos perceber que a formação inicial do docente pode ser inserida como um avanço e

também como desafio, pois se aplica nas duas categorias, já que encontramos uma queda significativa nos dados de adequação da formação docente na Educação Infantil em alguns anos. Esse é um desafio que precisa ser investigado mais a fundo em pesquisas futuras para se entender por que, mesmo o edital do processo seletivo para professor temporário exigindo a licenciatura em Pedagogia como primeira opção e o magistério como segunda opção, a incidência de professor contratado sem ensino superior concentra-se nos docentes com vínculo temporário?

Em relação ao avanço, a formação inicial dos docentes apresenta um índice mais favorável, se comparado aos dados do País e do Estado, que somam um percentual de 59,6%(Bahia) e 60,2% (Brasil), comparado a 88,5% em Glória.

Em relação a esse aspecto, o município também busca manter uma formação continuada, a partir das atividades complementares que são propostas pela Secretaria Municipal de Educação. Esse acompanhamento é importante tanto para a formação dos docentes, quanto para o desenvolvimento educacional do município.

A educação do município também possui inúmeros desafios que atrapalham o processo de desenvolvimento, como é o caso da questão territorial. Isso tem dificultado bastante o acompanhamento da equipe pedagógica na realização de ações presenciais e de forma gradual.

É conveniente ressaltar que, de acordo com a pesquisa, foi possível constatar que o município possui mais avanços do que desafios. É importante notar que ainda existem questões que precisam ser resolvidas em relação à Educação Infantil, como a questão territorial, a formação dos docentes, entre outras. Mas mesmo apresentando essas dificuldades, a Educação Infantil do município conseguiu avanços importantes como a construção de instituições que ofertam a ampliação de novas vagas, também ocorrendo a descentralização de turmas multisseriadas.

Por fim, ainda que não seja possível desconsiderar as dificuldades encontradas na construção da trajetória da Educação Infantil, que atualmente ainda atinge a primeira etapa de ensino, podemos afirmar que há avanços na garantia da efetivação da Educação Infantil como promulgado na Constituição, isto é, como direito subjetivo de todas as crianças e suas famílias

Concluimos reafirmando que faz-se fundamental compreender a importância das políticas públicas executadas pelos municípios como mecanismos de transformação da educação. Também é importante ressaltar que para alcançar uma educação de qualidade, devem ser elaboradas metas, planos e ações que contemplem todas as interfaces da Educação Infantil, como a formação dos profissionais, o desenvolvimento integral da criança pequena, a gestão educacional, a infraestrutura, entre outras.

## REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

BARROS, Miguel Daladier. **Educação infantil**: o que diz a legislação. Disponível em: <http://www.lfg.com.br>. Acesso em: 12nov.2008.

BARROS, P.; M. L. As políticas públicas de educação infantil e utilização de sistemas apostilados no cotidiano de creches e pré-escolas públicas **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 49, p. 59-80, abr. 2012. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782012000100004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782012000100004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 01 jul. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília – DF: Presidência da República [2020]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 30 jun. 2020.

BRASIL. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília – DF: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 30 jun. 2020.

BRASIL. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília – DF: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 30 jun. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília – DF: Presidência da República [2017]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 30 jun. 2020.

BRASIL. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**: introdução. Brasília: MEC/SEB, 1998.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Brasília, DF: MEC/SEB, 2010.

BRASIL. **Base nacional comum curricular**: educação é a base. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. **Censo da Educação Básica**: adequação da formação docente 2013 a 2019. Brasília – DF: INEP, 2020.

BAHIA. Orientações as atividades curriculares. Salvador: Secretaria de Educação do Estado da Bahia, 2014.

CRAYDI, M.; KAERCHER, G. E. P. da Silva. **Educação Infantil**: para quê te quero. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

FONTENELE, C.S. **A educação no campo e suas dificuldades**. Rev. Bras. de Ass. Interdisc. Maranhão, v.2,n.2, ago./ dez. 2018. Disponível em: [http://faesf.com.br/revista-interdisciplinar-faesf/index.php/Revista\\_Faesf/issue/download/6/66](http://faesf.com.br/revista-interdisciplinar-faesf/index.php/Revista_Faesf/issue/download/6/66). Acesso em: 20 nov. 2019.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. – São Paulo: Atlas, 1999

GLÓRIA. portaria n° 031 de 1 de abril de 2019. Digna funcionários públicos municipais para composição da comissão do processo seletivo simplificado -pss. Diário oficial do município. 03 de abril de 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 1o de julho de 2019. Rio de Janeiro: IBGE

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2018**. Brasília: Inep, 2019. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em: 10 05. 2019.

KUHLMANN JR., M. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 2011.

KRAMER, S. **Profissionais de Educação Infantil: gestão e formação**. São Paulo: Ática, 2005.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M.S.. **Educação escolar: políticas, estruturas**. São Paulo: Cortez, 2007.

NASCIMENTO, C. T.; BRANCHER, V. F. O. A construção social do conceito de infância: uma tentativa de reconstrução historiográfica. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 04-18, jan./ jun. 2008.

NÓVOA, A.. Formação de professores e formação docente. *In*:  
NÓVOA, A. **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

PANCINO, C.; SILVERIA, L. “Pequeno demais, pouco demais”. A criança e a morte na Idade Moderna. **Cad. hist. ciênc. [online]**, v.6, n. 1, p. 179-212, 2010.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação** São Paulo: Atlas, 1987.

## APÊNDICE A - Questionário

**LICENCIANDA:**  
**ORIENTADOR:**  
**PARTICIPANTE DA PESQUISA:**  
**DATA: ...../...../2020**

**1 Perfil do participante da pesquisa:**

Sexo: M( ) F ( )

**2 Formação profissional:**a) *Ano* de conclusão da graduação:b) *Tipo de instituição*: pública ( ) privada ( )c) *Instituição* na qual fez a graduação:d) *Área* de formação:e) Tem *pós-graduação*? Sim ( ) Não ( ) Se marcou sim: *lato sensu*: ( )  
stricto sensu: Mestrado ( ) Doutorado ( )

Área da pós-graduação stricto sensu:

Recebeu algum incentivo (financeiro, dispensa do trabalho...) por parte do Estado?

Sim ( ) Não ( ) Se sim, qual?

**2 Sobre a atuação profissional:**

a) Que outra função você já exerceu na vida ou no setor da educação?

a) Como você avalia a Educação Infantil no município de Glória?

b) Quais as dificuldades ou desafios enfrentados pela Educação Infantil no município de Glória?

c) Quais os avanços da Educação Infantil no município de Glória?

d) O que diferencia o município de Glória dos demais Municípios em relação a educação infantil?

**3 Sobre a contratação dos professores na Educação Infantil:**

e) Quais os critérios que são utilizados para a seleção dos educadores na Educação Infantil?

f) Esse processo seletivo é o mesmo para os auxiliares e para os cuidadores?

g) Os professores que atuam no município possuem a formação exigida pela legislação para lecionar na Educação Infantil?

- h) Quais as habilidades que um professor precisa ter para atuar nessa etapa educacional?  
.
- i) Há por parte da Secretaria Municipal de Educação algum tipo de formação continuada voltado aos professores que atuam na Educação Infantil? Em caso positivo, como isso ocorre?
- j) O que são os ACS?
- k) Existe formação antes dos professores serem contratados?
- l) Existe algum curso que são oferecidos pelo município para os professores, eles participam?
- m) A formação para os professores como funciona e quem ministra?
- n) Já ocorreu alguma formação voltada para a BNCC?
- o) Em sua opinião os professores de Educação Infantil em relação a formação continuada, estão sendo preparados de forma adequada?
- p) Quais desafios que o município encontra em relação a contratação de profissionais para a Educação Infantil?
  - a) Os assistentes de sala recebem a mesma remuneração que o professor titular da turma? Se não, por quê?
  - b) Os professores contratados recebem a mesma remuneração que o professor efetivo? Se não, por quê?  
.
  - c) Os professores que atuam na Educação Infantil são contemplados com a Lei 11.738, de 16 de julho de 2008, que estabelece tanto o piso nacional dos professores como também a destinação de 1/3 da carga horária docente para atividades de planejamento e estudo? Se sim, como isso acontece no município? Se não, por que a legislação não é cumprida neste aspecto?

#### **4 Sobre a atuação profissional:**

1. Quantos professores atuam na rede municipal de Glória?
2. Dos professores que atuam na rede municipal de Glória, quantos estão lotados na Educação Infantil?

- 2.1 Quantos professores em exercício do magistério e quantos em Pedagogia?
3. Quantas crianças estão matriculadas atualmente na Educação Infantil do município?
4. O município de Glória atende as crianças desde a creche ou somente a partir da pré-escola?
5. Quantas turmas de Educação Infantil há no município?
- 6. Sobre os professores da Educação Infantil do município:**
- d) Quantos são masculinos e quantos são femininos?
- Masculino \_\_\_\_\_ Feminino \_\_\_\_\_
- e) Qual é a faixa etária média dos docentes lotados na Educação Infantil?
- f) Quantos professores são efetivos e quantos são contratados?
- Efetivos \_\_\_\_\_ Contratados \_\_\_\_\_
- g) Qual é a média de estudantes por sala/turma na Educação Infantil do município?
- h) Todas as turmas de Educação Infantil do município com mais de 15 estudantes têm assistente de sala?
- i) Quais são os critérios utilizados pela Secretaria de Educação para a escolha e a lotação dos assistentes de sala?

## APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista

**Roteiro de entrevista****LICENCIANDA:****ORIENTADOR:****DATA:** ...../...../2020**Entrevistado/a:**.....

1. Como você avalia a educação no município?
2. Quais os critérios que são utilizados para a seleção dos educadores na educação infantil?
3. Os professores que atuam no município possuem a formação exigida pela legislação para lecionar na Educação Infantil?
4. Quais as habilidades que um professor precisa ter para atuar neste nível de aprendizagem?
5. Os educadores da primeira infância estão tendo formação específica (graduação) ou continuada?
6. Em sua opinião os professores de Educação Infantil estão sendo preparados de forma adequada?
7. Quais desafios que o município encontra em relação a contratação de profissionais da Educação Infantil?

APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE**

(Em 2 vias, firmado por cada participante-voluntári(a) da pesquisa e pelo responsável)

Eu, .....,  
tendo sido convidado (a) a participar como voluntário(a) do estudo **As políticas públicas no contexto da Educação Infantil: os desafios da contratação de professores e sua formação**, recebi da senhora POLIANA SANTANA BRAZ (licencianda) e do Prof. Me. VALCI MELO SILVA DOS SANTOS (orientador), do CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS (UFAL), CAMPUS DO SERTÃO, responsáveis por sua execução, as seguintes informações que me fizeram entender sem dificuldades e sem dúvidas os seguintes aspectos:

Que o estudo se destina a *investigar os avanços e os desafios das políticas públicas voltadas à Educação Infantil com foco na formação e no recrutamento de profissionais para atuação nessa etapa educacional.*

Que a importância deste estudo é *conhecer e entender as contribuições que as políticas públicas exercem sobre a Educação Infantil e os desafios que elas possuem em relação à garantia de uma educação básica adequada ao conjunto da população, ofertando assim, oportunidade de escolarização.*

Que o principal resultado que se deseja alcançar é a *compreensão de como se dá o processo de recrutamento e as condições de trabalho e carreira docente dos profissionais que atuam na Educação Infantil do município de Glória, BA.*

Que esse estudo começará em 01/2020 e terminará em 02/2020.

Que o estudo será feito da seguinte maneira: *Análise bibliográfica e realização de entrevistas semiestruturadas e aplicação de questionários com o Secretário de Educação da rede pública municipal de Glória, Bahia.*

Que eu participarei das seguintes etapas: *realização de entrevistas e aplicação de questionários.*

Que os incômodos que poderei sentir com a minha participação são os seguintes: *1) cansaço físico e/ou mental; 2) desconforto devido à necessidade de concentração, reflexão e exposição diante do entrevistador e de possíveis ruídos externos.*

Que os possíveis riscos à minha saúde física e mental são: *1) leve e transitório desconforto físico e/ou mental em virtude da duração da entrevista/questionário e/ou exposição ao pesquisador; 2) estreitamento do vínculo social entre pesquisadores e participantes da pesquisa.*

Que deverei contar com a assistência necessária *nos termos da Resolução CNS 466/12* para a participação na pesquisa, a qual será fornecida diretamente pelos pesquisadores.

Que os benefícios que deverei esperar com a minha participação, mesmo que não diretamente são: *1) reflexão acerca do perfil dos educadores da primeira infância, referente à formação*

*acadêmica, forma de recrutamento e condições de trabalho e carreira docente no município de Glória.*

Que, sempre que eu desejar, serão fornecidos esclarecimentos sobre cada uma das etapas do estudo.

Que, a qualquer momento, eu poderei recusar a continuar participando do estudo e, também, que eu poderei retirar este meu consentimento, sem que isso me traga qualquer penalidade ou prejuízo.

Que o estudo não acarretará nenhuma despesa para mim.

Que eu serei indenizado por qualquer dano que venha a sofrer com a participação na pesquisa.

Que eu receberei uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Finalmente, tendo eu compreendido perfeitamente tudo o que me foi informado sobre a minha participação no mencionado estudo e estando consciente dos meus direitos, das minhas responsabilidades, dos riscos e dos benefícios que a minha participação implicam, concordo em dele participar e para isso eu DOU O MEU CONSENTIMENTO SEM QUE PARA ISSO EU TENHA SIDO FORÇADO OU OBRIGADO.

**Endereço do (a) participante-voluntário (a)**

Domicílio: (rua, praça, conjunto):

Bloco: /Nº: /Complemento:

Bairro: /CEP/Cidade: /Telefone:

Ponto de referência:

**Contato de urgência: Sr(a).**

Domicílio: (rua, praça, conjunto)

Bloco: /Nº: /Complemento:

Bairro: /CEP/Cidade: /Telefone:

Ponto de referência:

**Endereço do responsável pela pesquisa:**

Pesquisador principal:

Instituição:

Endereço:

Telefones p/contato:

**ATENÇÃO:** Para informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo, dirija-se ao:

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas  
Prédio da Reitoria, 1º Andar, Campus A. C. Simões, Cidade Universitária  
Telefone: 3214-1041

Glória - BA, de \_\_\_\_\_ de 2020

Assinatura ou impressão datiloscópica do (a) voluntário (a) (rubricar as demais folhas)	POLIANA SANTANA BRAZ (rubricar as demais páginas)